

Construa seu
futuro

Apresentação



Apresentação

Cumprindo o que estabelece a Resolução N.º 13 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC, de 1º de outubro de 2004, a Resolução N.º 23 do CGPC, de 23 de dezembro de 2006, a Instrução SPC N.º 21, de 07 de abril de 2008 e a Resolução N.º 02 do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, de 03 de março de 2011 aos dispositivos estatutários e regulamentares, a PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar apresenta, aos seus Participantes e às suas Patrocinadoras, o Relatório Anual das Atividades relativas ao exercício social de 2014, acompanhado das Demonstrações Contábeis e dos Pareceres do Atuário, dos Auditores Independentes, dos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

Órgãos Diretivos

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULAR

Brena Drumond Ribeiro
Carlos Alberto Vieira
Enio Luis Gonçalves
Euclides Antônio Backes
Gustavo Henrique Labanca Novo
Marcelo Cardoso Malta - Presidente
Neloir Paludo
Pedro Camacho dos Santos
Rubens José Nascimento

SUPLENTE

Rafael Maciel Strapazzon
Clóvis Ollé Fischer Santos
Luiz Medeiros Paes
Jonathas Miguel Albano
Rodrigo Leite da Matta Machado
Marcio de Abreu Arruda
Adriana Monteiro
Rogério Benjamin Schmitt
Adir Flavio Sviderskei

CONSELHO FISCAL

TITULAR

Guilherme Azevedo da Silva
Maria Elizabete Laurentino
Osmar Osmarino Bento - Presidente

SUPLENTE

Daniela Justin Gonçalves Duarte
Sônia Maria Besen Borges
Helder Walter

DIRETORIA EXECUTIVA

Celso Ribeiro de Souza
Ezequias Candido de Paula
Celso Ribeiro de Souza

Diretor Superintendente
Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor de Seguridade (em exercício)

MISSÃO

“Administrar planos de previdência, assegurando os benefícios contratados para contribuir com o bem estar dos participantes e seus dependentes”.

VISÃO

“Ser referência na administração de planos de previdência e no atendimento aos participantes e patrocinadoras”.

VALORES












Valores são referências sólidas que norteiam nossas atividades, orientando-nos em qualquer circunstância. A atitude e o comportamento de cada colaborador devem incorporar e expressar os valores básicos compartilhados na PREVIG, que são:

- » **Profissionalismo:** Valorizamos o profissionalismo para melhorar os serviços aos Participantes e Patrocinadoras.
- » **Espírito de Equipe:** Estimulamos o trabalho em equipe, o intercâmbio de experiências e o compartilhamento de conhecimentos para empreender, inovar e criar, visando reforçar a solidariedade e a sinergia.
- » **Criação de Valor:** Buscamos a criação de valor com foco no equilíbrio atuarial do plano e na excelência no atendimento ao Participante.
- » **Respeito ao Meio Ambiente:** Tratamos com dignidade, respeito, urbanidade e atenção todas as pessoas e respeitamos o Meio Ambiente, a fim de contribuir para a permanente melhoria da qualidade de vida.
- » **Comportamento Ético:** Agimos com probidade, honradez, retidão, dignidade, lealdade, decoro, veracidade, justiça e boa-fé. O compromisso com o comportamento ético assumido pela PREVIG visa garantir o seu êxito e a sua perenidade, sendo a expressão natural e norteadora de todos os valores anteriores, sempre respeitando os outros existentes.
- » **Cooperação:** Acreditamos no crescimento e fortalecimento das relações através da cooperação franca e duradoura, construída com base na confiança e perspectiva de longo prazo, para favorecer relações equilibradas e transparentes com os parceiros.

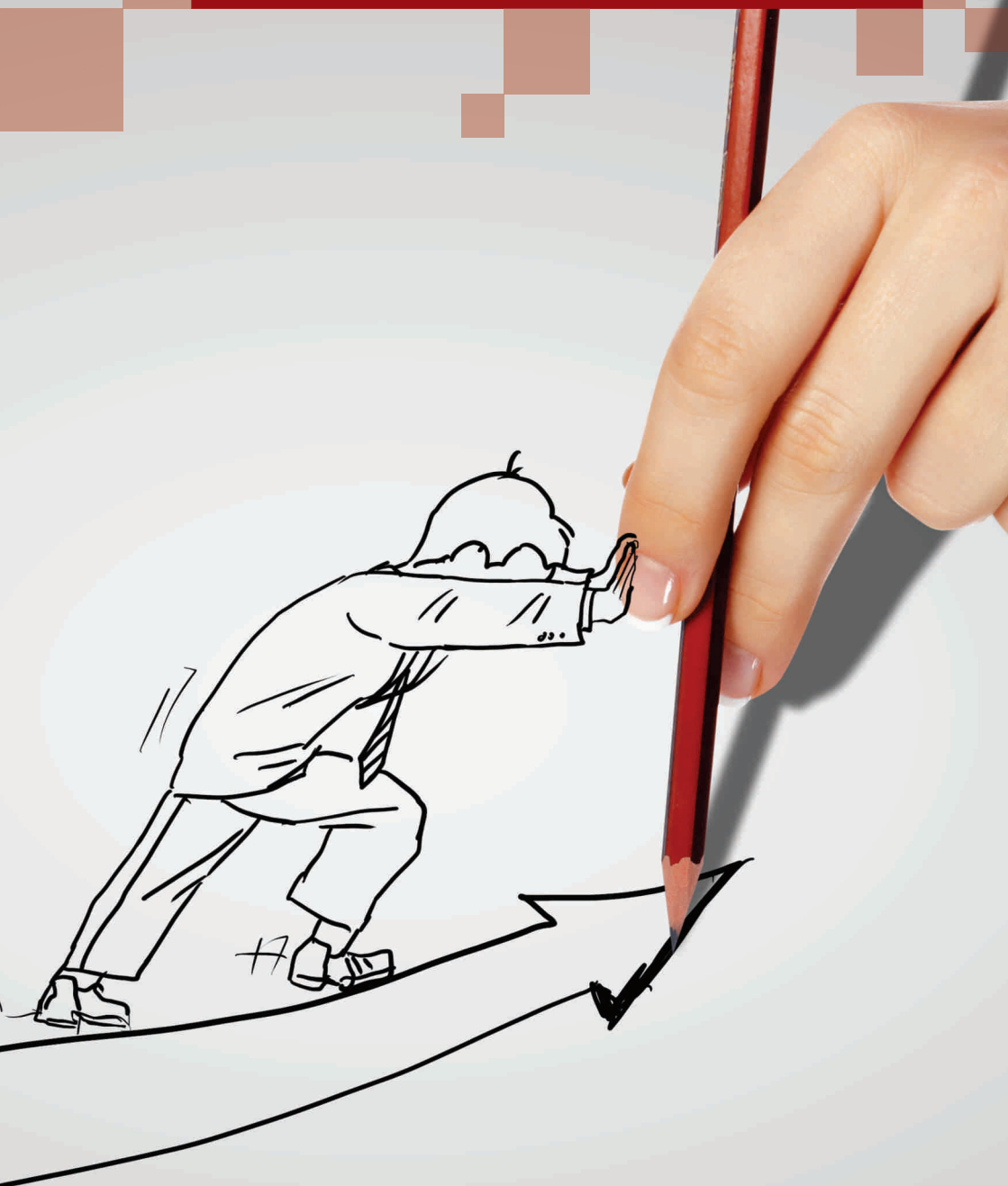


Sumário



	1. MENSAGEM DA DIRETORIA	06
	2. FATOS RELEVANTES – 2014	08
	3. SEGURIDADE	12
	3.1. Quadro de Participantes	14
	3.2. Receitas previdenciárias	15
	3.3. Benefícios pagos	15
	4. INVESTIMENTOS	17
	4.1. Demonstrativo de Investimentos	18
	4.1.1. Composição dos investimentos líquidos dos Planos de Benefícios	18
	4.1.2. Detalhamento dos investimentos	20
	4.1.3. Rentabilidade dos Planos de Benefícios	23
	4.1.4. Despesas com administração de investimentos	25
	4.2. Resumo da Política de Investimentos – 2013/2017	26
	4.2.1. Meta Atuarial / Índice de Referência	26
	4.2.2. Composição dos investimentos	26
	4.2.2.1. Composição dos investimentos do Plano BD	26
	4.2.2.2. Composição dos investimentos do PGA	27
	4.2.2.3. Composição dos investimentos do Plano BSPS	27
	4.2.2.4. Composição dos investimentos do Plano CD PURO	27
	4.2.3. Composição dos investimentos por Perfil - CD PURO	28
	4.2.3.1. Perfil Renda Fixa	28
	4.2.3.2. Perfil Mix I	28
	4.2.3.3. Perfil Mix II	28
	4.2.3.4. Perfil Mix III	29
	4.2.4. Política de Risco	29
	4.2.4.1. Risco de mercado	29
	4.2.4.2. Risco de crédito	30
	4.2.4.2.1. Limites por emissão e concentração	30
	4.2.4.2.2. Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	31
	4.2.4.3. Risco de liquidez	32
	4.2.4.4. Risco da exposição em derivativos	32
	4.2.4.5. Risco operacional	32
	4.2.4.6. Risco legal	32
	4.2.4.7. Risco sistêmico	33
	4.2.4.8. Risco atuarial	33
	5. CUSTEIO ADMINISTRATIVO	34
	5.1. Despesas administrativas	35
	5.2. Fontes de custeio	35
	6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	36
	Parecer Atuarial	43
	Parecer dos Auditores Independentes	68
	Parecer do Conselho Fiscal	72
	Parecer do Conselho Deliberativo	74
	7. NOTAS EXPLICATIVAS	76

Mensagem da Diretoria



a construção do futuro depende de todos nós

A trajetória da PREVIG nestes 12 anos de existência, demonstra, com consistência, os avanços alcançados no cumprimento de sua missão em administrar planos de previdência. A busca constante para que os serviços prestados contribuam com o bem-estar dos participantes e seus dependentes tem sido marcada por expressivos resultados, evidenciando nosso objetivo de caminhar em direção à excelência em Previdência Complementar.

Encerramos o exercício de 2014 com 2.783 participantes e com um patrimônio de R\$ 951 milhões. As rentabilidades alcançadas e o crescimento do número de adesões ao plano, demonstram confiança e credibilidade por parte dos participantes na construção de um futuro melhor.

Este ano foi especialmente marcado por diversos acontecimentos que influenciaram os resultados alcançados, seja no aspecto corporativo, onde se presenciou grande transparência na gestão da PREVIG, como no aspecto financeiro, que apesar da crise em âmbito global conseguimos resultados positivos nos investimentos que nos destacou no segmento de previdência complementar fechado do país.

Muitos serão os desafios a enfrentar durante os próximos anos, mas sempre buscando a melhoria da satisfação de nossos participantes, com dedicação, competência e transparência, dentro de princípios éticos e profissionais e sempre focados em nossa missão.

Agradecemos, na oportunidade, aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, Comitê de Investimentos, Patrocinadoras, Participantes e aos Colaboradores da PREVIG, cujo apoio, união de esforços e comprometimento tornaram esses resultados uma realidade.

Fatos Relevantes 2014



Fatos Relevantes 2014



Fatos Relevantes 2014



Os fatos relevantes para a PREVIG neste ano de 2014 estão listados a seguir:

- 1 Desenvolvimento de documentação (Política, Normas e Procedimentos) relativa a Segurança da Informação da PREVIG assessorado por consultoria especializada. Este conjunto normativo visa assegurar a proteção da imagem e reputação da Entidade, bem como o sigilo das informações dos Participantes e das Patrocinadoras.
- 2 Fiscalização da PREVIC à Entidade no mês de novembro de 2014, com o seguinte escopo: Educação Previdenciária, Demandas judiciais, Controles internos de investimentos, aplicação no FIDC Master e Manifestações do Conselho Fiscal. O processo já foi encerrado com todas as exigências fiscalizadas cumpridas.
- 3 O resultado consolidado dos Investimentos da PREVIG foi de 11,13% contra um CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) de 10,81%.
- 4 Adesão de mais 327 Participantes ao Plano CD, equivalente a 14% do total de Participantes daquele Plano.
- 5 Concessão de 27 benefícios no de 2014, sendo 19 aposentadorias do Plano CD, 2 do Plano BD e 6 pensões por morte.
- 6 A participação, em parceria com a Tractebel Energia, em um evento do Programa Bem Vindos, destinado aos novos colaboradores.
- 7 Divulgação dos resultados dos investimentos de 2013, por meio de apresentações presenciais e videoconferências nas Patrocinadoras.

Fatos Relevantes 2014



- 8 Diretor Superintendente da PREVIG, Celso Ribeiro de Souza, recebeu a premiação de “Dirigente do Ano” no 10º CONANCEP - Congresso da Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência.

Seguridade



Seguridade



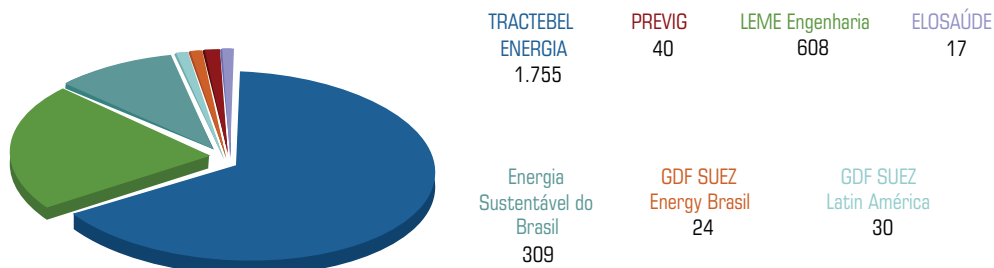
3.1 Quadro de Participantes

A PREVIG encerrou o exercício de 2014 com um quadro de 2.783 Participantes, 185 a mais que em 31 de dezembro de 2013. No período ocorreram 327 novas inscrições e 142 desligamentos do quadro de Participantes.

Participantes por Situação – 31/12/2014

Situação/Plano	BD	CD	TOTAL
ATIVOS	11	2.023	2.034
AUTOPATROCINADORES	0	88	88
BPD	9	32	41
APOSENTADOS	388	184	572
PENSIONISTAS	39	9	48
TOTAL	447	2.336	2.783

Participantes por Patrocinadora – 31/12/2014



3.2 Receitas previdenciárias

As receitas previdenciárias da PREVIG em 2014 somaram R\$ 42.206 mil, sendo 47,07% relativas às contribuições de Patrocinadoras, 52,93% relativas às contribuições de Participantes (ativos e assistidos).

Composição das Receitas Previdenciárias - 2014

Descrição	R\$ mil	%
Contribuições de Patrocinadoras	19.867	47,07
Contribuições Normais	9.402	22,28
Antecipação Aposentadoria	1.641	3,89
Contribuições Extraordinárias	8.824	20,91
Contribuições de Participantes	22.339	52,93
Contribuições Normais Ativos + Autopatrocinados	11.452	27,13
Contribuições Normais de Assistidos	1.144	2,71
Contribuições Extraordinárias	9.421	22,32
Portabilidade (entrada)	322	0,76
TOTAL	42.206	100,00

3.3 Benefícios pagos

A folha de pagamento dos benefícios dos Planos (BD e CD) atingiu, em 2014, R\$ 36.606 mil, sendo 86% relativas às aposentadorias programadas, 5% referente às aposentadorias por invalidez, 5 % referente ao pagamento de pensão por morte e 5 % referente à renda parcelada. Foram 7.278 complementações de benefícios pagas no exercício, resultando numa complementação média da ordem de R\$ 4.411,44 (* exclui Renda Parcelada)

Além dessas complementações, a PREVIG pagou R\$ 2.556 mil a título de resgates de contribuições a 133 Participantes que se desligaram do Plano e R\$ 455 mil a título de portabilidade a 9 Participantes.

Seguridade

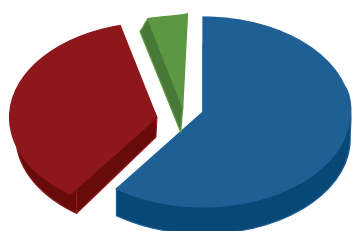


Composição dos Benefícios Pagos - 2014

Descrição	R\$ mil	%
Benefícios do Plano	36.606	92,40
Aposentadoria programada	31.475	79,45
Aposentadoria por invalidez	1.715	4,33
Pensão por morte	1.656	4,18
Renda parcelada	1.760	4,44
Institutos	3.011	7,60
Resgate de contribuições	2.556	6,45
Portabilidade (saída)	455	1,15
TOTAL	39.617	100,00

A PREVIG encerrou o exercício de 2014 com 620 Participantes assistidos, dos quais 513 aposentados por tempo de serviço, 57 por invalidez, 2 por idade e 48 pensionistas. Em termos de valor, a maior frequência, 60 %, verifica-se na faixa de complementação de benefícios que vai até o valor de um teto de benefício da Previdência Social (R\$ 4.390,24 em dezembro/2014).

Complementação de Benefício por Faixa de Renda – 31/12/2014



Até R\$ 4.390,24

375

60%

De R\$ 4.390,24 a

R\$ 13.170,72

221

36%

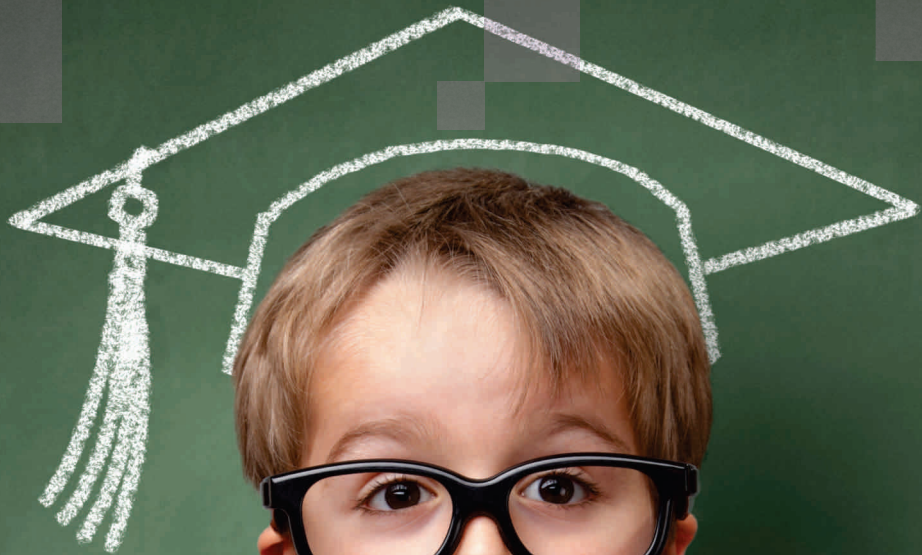
Acima de

R\$ 13.170,72

24

4%

Investimentos



Investimentos



4.1 Demonstrativo de Investimentos

4.1.1 Composição dos investimentos líquidos dos Planos de Benefícios

No consolidado de 2014 a PREVIG obteve um crescimento patrimonial de 11,76%, passando de R\$ 833.556 mil no final de 2013 para R\$ 931.615 mil em 31/12/2014. A composição desses investimentos por Planos de Benefícios (no caso do Plano CD, por perfis de investimentos), está demonstrada na tabela a seguir.

SEGMENTOS	PLANO BD				PLANO CD			
	DEZ/14 (R\$ mil)	%	DEZ/13 (R\$ mil)	%	DEZ/14 (R\$ mil)	%	DEZ/13 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	260.815	97,33	236.857	93,18	583.760	88,41	466.077	80,81
Estruturados	-	0,00	883	0,35	15.831	2,40	35.426	6,15
Renda Variável	2.330	0,87	11.983	4,72	44.733	6,77	60.007	10,39
Empréstimos	4.820	1,80	4.448	1,75	15.963	2,42	15.295	2,65
Disponível	2	0,00	16	0,00	15	0,00	11	0,00
Total	267.967	100,00	254.187	100,00	660.302	100,00	576.816	100,00

SEGMENTOS	PERFIL RF				PERFIL MIX I			
	DEZ/14 (R\$ mil)	%	DEZ/13 (R\$ mil)	%	DEZ/14 (R\$ mil)	%	DEZ/13 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	265.379	96,98	99.787	96,71	139.726	86,37	156.246	81,40
Estruturados	1.031	0,38	399	0,39	7.337	4,54	16.506	8,60
Renda Variável	-	0,00	-	0,00	10.395	6,43	13.549	7,06
Empréstimos	7.236	2,64	2.995	2,90	4.326	2,66	5.657	2,94
Disponível	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Total	273.646	100,00	103.181	100,00	161.784	100,00	191.958	100,00

Investimentos



SEGMENTOS	PERFIL MIX II				PERFIL MIX III			
	DEZ/14 (R\$ mil)	%	DEZ/13 (R\$ mil)	%	DEZ/14 (R\$ mil)	%	DEZ/13 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	69.886	76,37	92.179	72,97	48.487	66,37	64.498	65,06
Estruturados	4.150	4,54	10.520	8,33	3.313	4,54	8.001	8,07
Renda Variável	15.032	16,43	19.905	15,76	19.306	26,43	23.715	23,92
Empréstimos	2.447	2,66	3.722	2,94	1.954	2,66	2.921	2,95
Disponível	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Total	91.515	100,00	126.326	100,00	73.060	100,00	99.135	100,00

SEGMENTOS	BSPS				PGA			
	DEZ/14 (R\$ mil)	%	DEZ/13 (R\$ mil)	%	DEZ/14 (R\$ mil)	%	DEZ/13 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	60.282	99,98	53.367	94,93	3.338	99,76	2.548	99,81
Estruturados	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Renda Variável	-	0,00	2.838	5,05	-	0,00	-	0,00
Empréstimos	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Disponível	15	0,02	11	0,02	8	0,24	5	0,19
Total	60.297	100,00	56.216	100,00	3.346	100,00	2.553	100,00

SEGMENTOS	PREVIG CONSOLIDADO			
	DEZ/14 (R\$ mil)	%	DEZ/13 (R\$ mil)	%
Renda Fixa	847.913	91,02	705.482	84,64
Estruturados	15.831	1,70	36.309	4,36
Renda Variável	47.063	5,05	71.990	8,64
Empréstimos	20.783	2,23	19.743	2,36
Disponível	25	0,00	32	0,00
Total	931.615	100,00	833.556	100,00

Investimentos



4.1.2 Detalhamento dos investimentos

Os recursos dos Planos de Benefícios da PREVIG estão investidos em ativos diretos e em fundos de investimentos administrados por gestores externos. As tabelas a seguir demonstram o detalhamento dos investimentos da Entidade conforme as regras estabelecidas nas Políticas de Investimentos.

PLANO BD	DEZ/14 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
GESTÃO INTERNA	258.854	96,60
RENDA FIXA	254.032	94,80
TÍTULOS PÚBLICOS	254.032	94,80
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (indexado ao IPCA)	254.032	94,80
Vencimento em 15/05/2015 - IPCA + 7,80% a.a.	3.105	1,16
Vencimento em 15/08/2016 - IPCA + 4,96% a.a.	10.407	3,88
Vencimento em 15/05/2017 - IPCA + 5,12% a.a.	10.298	3,84
Vencimento em 15/08/2018 - IPCA + 2,73% a.a.	11.351	4,24
Vencimento em 15/08/2020 - IPCA + 6,40% a.a.	3.741	1,40
Vencimento em 15/08/2020 - IPCA + 6,37% a.a.	17.030	6,36
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 8,80% a.a.	9.297	3,47
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 7,89% a.a.	14.340	5,35
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 7,20% a.a.	9.110	3,40
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 6,26% a.a.	29.063	10,85
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 5,97% a.a.	901	0,34
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 6,88% a.a.	6.621	2,47
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 7,97% a.a.	4.446	1,66
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 7,56% a.a.	6.302	2,35
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 7,02% a.a.	6.451	2,41
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 4,81% a.a.	16.259	6,07
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 6,26% a.a.	24.042	8,97
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 6,94% a.a.	1.606	0,60
Vencimento em 15/05/2045 - IPCA + 7,65% a.a.	15.464	5,77
Vencimento em 15/05/2045 - IPCA + 6,99% a.a.	2.005	0,75
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 6,27% a.a.	7.679	2,87
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 6,02% a.a.	3.075	1,15
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 4,47% a.a.	41.439	15,44
EMPRÉSTIMOS	4.820	1,80
PEE - INPC + 10,00% a.a.	1	0,00
PEA - INPC + 10,00% a.a.	4.819	1,80
DISPONÍVEL	2	0,00
Saldo Banco do Brasil	2	0,00

(continua na página seguinte)

Investimentos



(continuação)

PLANO BD	DEZ/14 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
GESTÃO TERCEIRIZADA	9.113	3,40
RENDA FIXA	6.783	2,53
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	6.783	2,53
FI ITAÚ Soberano Referenciado DI - ITAÚ - UNIBANCO	6.719	2,51
FIDC BVA MASTER III - Multisetorial - CITIBANK (1)	64	0,02
RENDA VARIÁVEL	2.330	0,87
FIA Fator Sinergia IV - FATOR	887	0,33
FIA Sul América Tarpon Governança I - SULAMÉRICA	1.443	0,54
PATRIMÔNIO TOTAL	267.967	100,00

(1) Administrador do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

PLANO CD	DEZ/14 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
GESTÃO INTERNA	203.136	30,76
RENDA FIXA	187.158	28,34
TÍTULOS PÚBLICOS	84.016	12,72
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (indexado ao IPCA)	84.016	12,72
Vencimento em 15/05/2017 - Título marcado a mercado	7.249	1,10
Vencimento em 15/05/2019 - Título marcado a mercado	7.540	1,14
Vencimento em 15/08/2020 - Título marcado a mercado	12.745	1,93
Vencimento em 15/08/2016 - IPCA + 4,96% a.a.	1.042	0,16
Vencimento em 15/05/2017 - IPCA + 5,12% a.a.	1.158	0,18
Vencimento em 15/08/2018 - IPCA + 2,79% a.a.	1.416	0,21
Vencimento em 15/05/2019 - IPCA + 6,09% a.a.	882	0,13
Vencimento em 15/05/2019 - IPCA + 5,66% a.a.	384	0,06
Vencimento em 15/08/2022 - IPCA + 3,27% a.a.	6.325	0,96
Vencimento em 15/05/2023 - IPCA + 5,92% a.a.	1.017	0,15
Vencimento em 15/08/2024 - IPCA + 5,48% a.a.	5.587	0,85
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 4,26% a.a.	6.101	0,92
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 5,97% a.a.	2.962	0,45
Vencimento em 15/08/2030 - IPCA + 6,88% a.a.	3.074	0,47
Vencimento em 15/05/2035 - IPCA + 4,81% a.a.	5.672	0,86
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 4,44% a.a.	6.146	0,93
Vencimento em 15/08/2040 - IPCA + 6,94% a.a.	7.917	1,20
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 4,50% a.a.	6.122	0,93
Vencimento em 15/08/2050 - IPCA + 6,97% a.a.	677	0,09

(continua na página seguinte)

Investimentos



(continuação)

PLANO CD	DEZ/14 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
TÍTULOS PRIVADOS	103.142	15,62
Debêntures	33.786	5,12
CEMIG GT - Vencimento em 15/01/2015 + IPCA + 7,68% a.a.	3.433	0,52
BNDESPAR - Vencimento em 15/01/2017 + IPCA + 6,30% a.a.	8.094	1,23
DUKE - Vencimento em 20/05/2021 + IPCA + 7,01% a.a.	10.538	1,60
TEPE - Vencimento em 15/02/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	3.178	0,48
TEPE - Vencimento em 15/05/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	3.186	0,48
TEPE - Vencimento em 15/08/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	3.195	0,48
TEPE - Vencimento em 15/11/2025 + IPCA + 9,11% a.a.	2.162	0,33
Depósitos a Prazo com Garantia Especial do FGC	69.356	10,50
INDUSVAL - Vencimento em 29/01/2015 - IPCA + 8,00% a.a.	19.505	2,95
FIBRABM - Vencimento em 24/02/2015 - IPCA + 7,50% a.a.	18.850	2,85
BICBANCO - Vencimento em 27/04/2016 - IPCA + 8,35% a.a.	16.858	2,55
DPGE MERCANTIL - Vencimento em 08/02/2017 - IPCA + 6,70% a.a.	14.143	2,15
EMPRÉSTIMOS	15.963	2,42
PEE - INPC + 10,00% a.a.	15.963	2,42
DISPONÍVEL	15	0,00
Saldo Banco do Brasil	15	0,00
GESTÃO TERCEIRIZADA	457.166	69,24
RENDA FIXA	396.602	60,06
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	396.576	60,06
FI Netuno Multimercado - VOTORANTIM	375.117	56,81
FIC FIM BRZ Multi Recebíveis Crédito Privado - BRZ	5.638	0,85
FIM PLURAL Institucional - PLURAL	12.951	1,96
FIDC MASTER III - Multisetorial - CITIBANK (1)	127	0,02
FIDC VINCI Crédito e desenvolvimento - CEF (1)	2.743	0,42
VALORES A RECEBER/PAGAR E TESOURARIA	26	0,00
Saldo em tesouraria	26	0,00
ESTRUTURADOS	15.831	2,40
FI QUEST Equity Hedge Multimercado - QUEST	13.543	2,05
FI Rio Bravo The One - RIO BRAVO	2.288	0,35
RENDA VARIÁVEL	44.733	6,78
FIA BNY Mellon Arx Income - BNY MELLON ARX	4.630	0,70
FIA QUEST Small Caps - QUEST	2.442	0,37
FIA RB Fundamental - RIO BRAVO	6.332	0,96
FIA Fator Sinergia IV - FATOR	2.631	0,40
FIC FI Itaú RPI Ações Ibovespa - ITAÚ-UNIBANCO	4.256	0,64
FIA Sul América Tarpon Governança I - SULAMÉRICA	3.608	0,55
FIA Bradesco Petrobrás - BRADESCO	1.107	0,17
FIA Bradesco Vale - BRADESCO	1.543	0,23
FIA Sul América Expertise I - SULAMÉRICA	4.467	0,68
FIA Sul América Expertise II - SULAMÉRICA	3.077	0,47
FIA Franklin Templeton Valor - FRANKLIN TEMPLETON	2.100	0,32
FIA Vinci Gas Valor SMLL - VINCI	3.879	0,59
FIA Vinci Gas Dividendos -VINCI	4.661	0,70
PATRIMÔNIO TOTAL	660.302	100,00

PGA	DEZ/14 (R\$ mil)	% PATRIMÔNIO
GESTÃO TERCEIRIZADA	3.338	99,76
RENTA FIXA	3.338	99,76
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	3.338	99,76
FI ITAÚ Soberano Referenciado DI - ITAÚ - UNIBANCO	3.338	99,76
DISPONÍVEL	8	0,24
Saldo Banco do Brasil	7	0,22
Fundo Fixo	1	0,02
PATRIMÔNIO TOTAL	3.346	100,00

4.1.3 Rentabilidade dos Planos de Benefícios

O Plano BD apresentou uma rentabilidade de 12,56% no ano de 2014, frente a uma valorização de 12,18% de sua meta atuarial de INPC + 5,60% a.a. do Plano. O Plano CD (inclusive BSPS) rentabilizou 10,53% no acumulado ano, o que equivale a 96,66% da taxa SELIC. A rentabilidade dos segmentos de aplicação, Perfis de Investimentos e Planos de Benefícios é calculada pelo método de cotas diárias. Entende-se como índice de referência, ou benchmark, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento.

PLANOS/SEGMENTOS	BENCHMARK	RENTABILIDADE	
		2014	Relativo ao Benchmark
PLANO BD	INPC + 5,60% a.a.	12,56%	103,16%
Renda Fixa	INPC + 5,60% a.a.	12,98%	106,61%
Renda Variável	Ibovespa	-7,19%	-247,04%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	16,69%	132,44%
PLANO CD	100% da SELIC	10,53%	96,66%
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	12,78%	105,83%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	7,41%	58,79%
Renda Variável	Ibovespa	-9,79%	-336,10%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	16,92%	134,27%

Investimentos



PERFIS/SEGMENTOS	BENCHMARK	RENTABILIDADE	
		2014	Relativo ao Benchmark
PERFIL RF		13,07%	
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	13,00%	107,67%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	2,79%	22,15%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	16,92%	134,27%
PERFIL MIX I		10,76%	
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	13,01%	107,72%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	7,64%	60,66%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	16,92%	134,27%
Renda Variável	Ibovespa	-9,79%	-336,10%
PERFIL MIX II		8,61%	
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	13,00%	107,67%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	7,64%	60,66%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	16,92%	134,27%
Renda Variável	Ibovespa	-9,79%	-336,10%
PERFIL MIX III		6,54%	
Renda Fixa	70%SELIC / 30% IMA-B	13,00%	107,61%
Estruturados	INPC + 6,00% a.a.	7,64%	60,66%
Empréstimos	INPC + 6,00% a.a.	16,92%	134,27%
Renda Variável	Ibovespa	-9,79%	-336,09%
BSPS	INPC + 5,50% a.a.	10,86%	89,99%
Renda Fixa	INPC + 5,50% a.a.	11,71%	96,99%
Renda Variável	Ibovespa	-12,86%	-441,75%

BENCHMARK	2014
INPC + 5,50% a.a.	12,07%
INPC + 5,60% a.a.	12,18%
INPC + 6,00% a.a.	12,60%
100% da SELIC	10,90%
70%SELIC / 30% IMA-B	12,08%
Ibovespa	-2,91%

4.1.4 Despesas com administração de investimentos

As despesas com a gestão externa de investimentos do Plano CD custeadas pela própria rentabilidade do Plano (não contempladas nas despesas administrativas) atingiram, em 2014, R\$ 200 mil, conforme demonstrada na tabela abaixo.

GESTÃO EXTERNA DE INVESTIMENTOS	PLANO CD DEZ/2014(R\$ mil)
ANBID	4
AUDITORIA	5
CARTÓRIO	1
CETIP	28
SELIC	7
FISC.CVM DIFERIMENTO FIs E FIAs	35
TAXA ADMINISTRAÇÃO	65
TAXA CUSTÓDIA	55
TOTAL	200
TOTAL DOS INVESTIMENTOS (R\$ mil)	660.302
% SOBRE OS INVESTIMENTOS	0,03%

Investimentos



4.2 Resumo das Políticas de Investimentos – 2013/2017

Esse resumo apresenta os principais aspectos das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios da PREVIG, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 18/12/2011. As diretrizes definidas na Política de Investimentos estão embasadas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 - legislação que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - e em suas alterações subsequentes. Adicionalmente, as estruturas de gestão e regras de controle ora estabelecidas estão em conformidade com o Guia PREVIC – Melhores Práticas nos Fundos de Pensão, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

1.2.1 Meta atuarial / Índice de Referência

Plano BD

Meta atuarial: INPC + 5,60% ao ano

Plano CD

Índice de Referência: Taxa SELIC

4.2.2 Composição dos investimentos

A legislação subdivide os investimentos em segmentos de: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior e investimentos em imóveis. O segmento de investimentos estruturados engloba fundos de investimento em participações, fundos de investimento em empresas emergentes, fundos de investimento imobiliário e fundos de investimento classificados como multimercado, cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As tabelas a seguir apresentam a alocação estratégica dos planos em questão, os limites de alocação e os parâmetros de rentabilidade. Com base na Resolução CMN nº 3.792, apresentam-se os parâmetros por segmento de aplicação. As modalidades de investimento são definidas pela própria Entidade, e detalhadas mais adiante.

4.2.2.1 Composição dos investimentos do Plano BD

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	97,20	20,00	100,00
Segmento de Renda Variável	1,00	0,00	7,00
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	0,00	7,50
Fundos de Participação (FIP)	0,00	0,00	2,00
Fundos Imobiliários (FII)	0,00	0,00	0,50
Multimercados Estruturados	0,00	0,00	5,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00
Segmento de Operações com Participantes	1,80	0,00	5,00

Investimentos



4.2.2.2 Composição dos investimentos do PGA

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	100,00	79,50	100,00
Segmento de Renda Variável	0,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00

4.2.2.3 Composição dos investimentos do Plano CD BSPS

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	95,00	90,00	100,00
Segmento de Renda Variável	0,00	0,00	7,00
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	0,00	5,00
Fundos de Participação (FIP)	0,00	0,00	0,00
Fundos Imobiliários (FII)	0,00	0,00	0,00
Multimercados Estruturados	0,00	0,00	5,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00
Segmento de Operações com Participantes	0,00	0,00	5,00

4.2.2.4 Composição dos investimentos do Plano CD PURO

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	75,00	47,50	100,00
Segmento de Renda Variável	13,00	0,00	30,00
Segmento de Investimentos Estruturados	9,00	0,00	17,00
Fundos de Participação (FIP)	0,00	0,00	2,00
Fundos Imobiliários (FII)	1,00	0,00	5,00
Multimercados Estruturados	8,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00
Segmento de Operações com Participantes	3,00	0,00	5,00

Investimentos



4.2.3 Composição dos investimentos por Perfil - CD PURO

4.2.3.1 Perfil Renda Fixa

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	86,50	81,50	100,00
Segmento de Renda Variável	0,00	0,00	0,00
Segmento de Investimentos Estruturados	10,00	0,00	13,00
Fundos de Participação (FIP)	0,00	0,00	0,00
Fundos Imobiliários (FII)	1,00	0,00	3,00
Multimercados Estruturados	9,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00
Segmento de Operações com Participantes	3,50	0,00	5,00

4.2.3.2 Perfil Mix I

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	79,00	58,00	100,00
Segmento de Renda Variável	7,50	0,00	10,00
Segmento de Investimentos Estruturados	10,00	0,00	15,00
Fundos de Participação (FIP)	0,00	0,00	2,00
Fundos Imobiliários (FII)	1,00	0,00	3,00
Multimercados Estruturados	9,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00
Segmento de Operações com Participantes	3,50	0,00	5,00

4.2.3.3 Perfil Mix II

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	69,00	59,50	90,00
Segmento de Renda Variável	17,50	10,00	20,00
Segmento de Investimentos Estruturados	10,00	0,00	15,00
Fundos de Participação (FIP)	0,00	0,00	2,00
Fundos Imobiliários (FII)	1,00	0,00	3,00
Multimercados Estruturados	9,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00
Segmento de Operações com Participantes	3,50	0,00	5,00

4.2.3.4 Perfil Mix III

Segmento / Modalidade	Alocação (%)		
	Objetivo	Mínimo	Máximo
Segmento de Renda Fixa	59,00	49,50	80,00
Segmento de Renda Variável	27,50	20,00	30,00
Segmento de Investimentos Estruturados	10,00	0,00	15,00
Fundos de Participação (FIP)	0,00	0,00	2,00
Fundos Imobiliários (FI)	1,00	0,00	3,00
Multimercados Estruturados	9,00	0,00	10,00
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,50
Segmento de Imóveis	0,00	0,00	0,00
Segmento de Operações com Participantes	3,50	0,00	5,00

4.2.4 Política de Risco

A Resolução CMN nº 3792 estabelece, em seu capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, a necessidade de identificação e de controle dos riscos incorridos pelas EFPCs. Em conformidade com tal necessidade, esse capítulo estabelece os procedimentos a serem seguidos ao longo da vigência dessa Política de Investimentos quanto a esse quesito. É importante ressaltar que, no caso dos recursos administrados por terceiros, o gestor é responsável pelo controle dos riscos das operações, a todo o momento. Devem ser monitorados, no mínimo, os riscos aqui estabelecidos. Na eventualidade de os limites serem desrespeitados, a Entidade deve ser comunicada formalmente. Além desse controle, os limites de risco aqui estabelecidos serão monitorados pela própria Entidade, que zelará pelo cumprimento dos mesmos e tomará as medidas adequadas caso sejam verificadas extrapolações aos limites estabelecidos.

4.2.4.1 Risco de mercado

De acordo com o Art. 13 da Resolução CMN nº 3792, as EFPCs devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos. Com o objetivo de monitorar as probabilidades de perda, e também de estimar as possíveis diferenças entre o retorno de seus investimentos e o retorno previsto para os mesmos, serão utilizados:

- VaR: modelo que estima, com determinado nível de confiança, a perda máxima esperada para um determinado portfólio, em um intervalo de tempo pré-estabelecido;
- B-VaR: modelo que estima, com determinado nível de confiança, a perda máxima esperada, em relação a um benchmark, para um determinado portfólio, em um intervalo de tempo pré-estabelecido.

Tanto os modelos citados como sua parametrização foram definidos com o rigor técnico necessário para tanto. Entretanto, tais modelos carregam consigo as possíveis imprecisões de modelos estatísticos em geral – motivo pelo qual os resultados devem ser analisados com diligência, por especialistas no assunto.

Investimentos



4.2.4.2 Risco de crédito

O risco de crédito dos investimentos do plano será avaliado com base em estudos e análises produzidos pela própria Entidade ou contratados junto a prestadores de serviço. Além disso, a Entidade utilizará para essa avaliação os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Todas as operações com títulos de crédito privado serão enquadradas como Grau de Investimento ou Grau Especulativo e estarão limitados aos percentuais indicados na tabela a seguir:

Categoria De Risco	Alocação Objetiva	Limite
Grau de investimento + Grau especulativo	0%	80%
Grau especulativo	0%	5%

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características, e posteriormente é necessário verificar se o papel possui rating por uma das agências elegíveis e se a nota é de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima.

Com base nessas regras, serão enquadrados como Grau de Investimento os títulos de crédito privado que tiverem, no mínimo, os ratings apresentados na tabela a seguir:

Agência de classificação	Instituições financeiras (ex-DPGE)		Instituições não financeiras		DPGE
	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	
PRAZO					Longo Prazo
Standard & Poors	brA-	brA-3	brA-	brA-3	brBBB-
Moody's	A3.br	BR-3	A3.br	BR-3	Baa3.br
Fitch Ratings	A-(bra)	F3(bra)	A-(bra)	F3(bra)	BBB-(bra)

4.2.4.2.1 Limites por emissão e concentração

Concentração por Emissor		
Emissor	Mínimo	Máximo
Tesouro Nacional	0,00%	100,00%
Instituição Financeira	0,00%	10,00%
Tesouro Estadual ou Municipal	vedado	vedado
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00%	10,00%
Organismo Multilateral	0,00%	2,50%
Companhia Securitizadora	0,00%	2,50%
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00%	10,00%
FIDC/FICFIDC	0,00%	2,50%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00%	5,00%
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00%	5,00%
F/FIC Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	5,00%

Concentração por Emissor		
Emissor	Mínimo %	Máximo %
% do capital votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00	25,00
% do capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	0,00	25,00
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00	25,00
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Cia. Aberta	0,00	25,00
% do PL de Fundo de Investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00
% do PL de Fundo de Investimentos classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	10,00
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00	10,00
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00	10,00

Concentração por Investimento		
Investimento	Mínimo %	Máximo %
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	25,00
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	25,00
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	25,00

4.2.4.2.2 Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE

Ficam excepcionados dos limites supracitados os ativos financeiros que possuem garantia de liquidação do Fundo Garantidor de Crédito - FGC, regulamentados pela Resolução nº 3.692 do Conselho Monetário Nacional, de 26 de março de 2009, desde que não ultrapasse os limites estabelecidos na Resolução CMN 3.792.

O valor projetado da operação no seu vencimento, utilizando-se como premissa o Relatório Focus do Banco Central, não poderá ultrapassar o limite máximo garantido pelo FGC, para uma mesma Instituição Financeira ou para todas as Instituições de um mesmo conglomerado financeiro.

O somatório dos investimentos nestes ativos não pode ultrapassar 40% do total dos recursos garantidores do Plano de Benefícios.

4.2.4.3 Risco de liquidez

Para controle de risco de liquidez, serão consideradas as diversas possibilidades de interferência da liquidez dos ativos nos compromissos assumidos pelo plano, a saber:

- Prazo de resgate dos recursos investidos em fundos de investimentos;
- Liquidez em mercado dos demais ativos integrantes da carteira de investimentos da Entidade;
- Recursos de liquidez imediata e fluxo de recebimentos para fazer frente às obrigações assumidas pelo plano de benefícios.

No sentido de melhor adequar a carteira de investimentos ao perfil das obrigações do Plano de Benefícios, a PREVIG deverá manter acompanhamento do casamento entre ativos e passivos, considerando-se cenários de stress de mercado. No Plano BD esse acompanhamento é feito através da Asset Liability Management - ALM.

4.2.4.4 Risco da exposição em derivativos

O risco da exposição em derivativos pode ser considerado como parte integrante do risco de mercado, e será avaliado e controlado dessa forma. Como a legislação exige que os derivativos sejam negociados somente na modalidade com garantia, o risco de crédito que esses instrumentos envolvem é mitigado. Além disso, serão respeitados os limites de margem de garantia e de prêmio de opções estabelecidos pela legislação em vigor.

4.2.4.5 Risco operacional

Para gestão do risco operacional, foram estabelecidos procedimentos que visam a mapear as rotinas de trabalho e promover a adoção das melhores práticas de governança, em linha com o que estabelece o Guia PREVIC – Melhores Práticas nos Fundos de Pensão.

Esses procedimentos são constantemente avaliados e buscam mitigar os riscos decorrentes de controles inadequados, de falhas de gerenciamento e de erros humanos.

Dentre os esforços para reduzir os riscos operacionais decorrentes de erros humanos, cabe destacar o plano de certificação dos profissionais envolvidos no processo de tomada de decisão dos investimentos, que vem sendo executado em conformidade com a legislação aplicável.

4.2.4.6 Risco legal

Alguns trabalhos acerca do risco legal definem que ele pode ser subdividido em pelo menos três dimensões:

- Perdas decorrentes da violação de regras e da legislação aplicável;
- Perdas decorrentes de falta de clareza, imprecisão ou insuficiência de informações nos contratos;
- Perdas decorrentes de erros na aplicação da lei;
- Perdas decorrentes da criação de novos tributos.

4.2.4.7 Risco Sistêmico

O risco sistêmico pode ser entendido como a possibilidade da quebra em cadeia das instituições que compõem o sistema financeiro, de forma a concretizar um cenário catastrófico. Como esse risco é decorrente das interligações e interdependências entre os agentes do mercado de capitais, as estratégias de controle de riscos mais usuais se mostram pouco eficientes contra esse tipo de risco. Ainda assim, com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sistêmico, o plano manterá parte significativa dos recursos em títulos soberanos e buscará priorizar o investimento em títulos e valores mobiliários que disponham de garantias.

4.2.4.8 Risco Atuarial

O risco atuarial nos fundos de pensão está relacionado aos compromissos presentes e futuros da instituição para com seus participantes. No caso da parcela de benefício suplementar proporcional saldado, esses compromissos são representados pelo benefício previdenciário da entidade junto ao participante. Cabe, portanto, à PREVIG assegurar que os investimentos tenham a rentabilidade e liquidez adequadas ao cumprimento das obrigações previdenciárias assumidas junto aos participantes.

Nesse contexto, a gestão do risco atuarial será feita através da realização de avaliações atuariais do plano de benefícios, que serão realizadas pelo menos uma vez por ano.

Custeio Administrativo



Custeio Administrativo



5.1 Despesas Administrativas

As despesas administrativas da PREVIG atingiram R\$ 6.868 mil no exercício de 2014. A distribuição das despesas por Plano de Gestão Administrativa encontra-se na tabela abaixo:

Despesas Administrativas (R\$ mil)	PGA BD	PGA CD (BSPS)	PGA CD (Puro)	Consolidado
Gestao Previdencial	1.454	335	3.618	5.407
Pessoal e Encargos	798	196	2.026	3.020
Treinamentos e Viagens	32	7	83	122
Serviços de Terceiros	269	54	574	897
Auditoria Contábil	9	2	25	36
Consultoria Atuarial	61	10	88	159
Serviços Manut.softwares	137	35	309	481
Demais Serv.terceiros	61	7	152	220
Despesas Gerais	98	20	279	397
Tributos	96	23	315	434
Depreciações e Amortizações	161	35	341	537
Outras Desp. - Adm.previdencial	-	-	-	-
Investimentos	760	134	568	1.462
Pessoal e Encargos	379	54	219	652
Treinamentos e Viagens	19	5	13	37
Serviços de Terceiros	209	42	289	540
Consultoria Investimentos	22	5	41	68
Consultoria Juridica	6	-	-	6
Serviços Manut.softwares	102	22	133	257
Taxa De Custódia	56	11	98	165
Demais Serv.terceiros	23	4	17	44
Despesas Gerais	84	16	45	145
Tributos	51	13	-	64
Depreciações E Amortizações	18	4	2	24
Total Geral	2.214	469	4.186	6.869

5.2 Fontes de custeio

As fontes de custeio para o financiamento das despesas administrativas da PREVIG atingiram R\$ 7.231 mil no exercício de 2014. Sua distribuição por Plano de Gestão Administrativa encontra-se na tabela abaixo:

Fonte (R\$ mil)	PGA BD	PGA CD (BSPS)	PGA CD (Puro)	Total	Partic %
Patrocinadoras	1.317	335	2.861	4.513	62
Participantes	-	-	1.252	1.252	17
Taxa Administração s/Empréstimos	24	-	68	92	1
Rentabilidade do Plano	738	204	202	1.144	16
Outras Receitas Administrativas	209	8	13	230	3
Total	2.288	547	4.396	7.231	100

Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis



Demonstrações Contábeis



I - BALANÇO PATRIMONIAL - Consolidado

(Em milhares de reais)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
DISPONÍVEL	51	58	EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.681	1.560
REALIZÁVEL	955.320	857.651	Gestão Previdencial	581	497
Gestão Previdencial	21.821	22.162	Gestão Administrativa	1.100	1.063
Gestão Administrativa	445	435	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	3.155	2.437
Investimentos	933.054	835.054	Gestão Previdencial	1.665	881
Títulos Públicos	338.048	285.894	Investimentos	1.490	1.556
Créditos Privados e Depósitos	103.142	84.801	PATRIMÔNIO SOCIAL	951.247	854.826
Fundos de Investimento	469.591	443.060	Patrimônio de Cobertura do Plano	945.437	849.871
Empréstimos	20.783	19.743	Provisões Matemáticas	945.522	840.691
Depósitos Judiciais/Recurais	1.490	1.556	Benefícios Concedidos	452.373	409.578
PERMANENTE	712	1.114	Benefícios a Conceder	493.149	431.113
Imobilizado	652	590	Equilíbrio Técnico	(85)	9.180
Intangível	47	524	Resultados Realizados	(85)	9.180
Diferido	13	-	Superávit Técnico Acumulado	-	9.180
			Fundos	(85)	-
			Fundos Previdenciais	5.810	4.955
			Fundos Administrativos	1.139	795
			Fundos dos Investimentos	3.464	3.101
				1.207	1.059
TOTAL DO ATIVO	956.083	858.823	TOTAL DO PASSIVO	956.083	858.823

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - Consolidado

(Em milhares de reais)

Descrição	2014	2013	Variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	854.826	790.456	8
1. Adições	143.558	111.146	29
Contribuições Previdenciais	44.317	45.198	(2)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	91.862	58.381	57
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	231	-
Receitas Administrativas	6.922	7.075	(2)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	309	129	140
Constituição de Fundos de Investimentos	148	132	12
2. Destinações	(47.137)	(46.776)	1
Benefícios	(40.255)	(40.206)	-
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(14)	-	-
Despesas Administrativas	(6.868)	(6.570)	5
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)	96.421	64.370	50
Provisões Matemáticas	104.831	66.007	59
(Déficit)/Superávit Técnico do Exercício	(9.265)	(2.592)	257
Fundos Previdenciais	344	189	82
Fundos Administrativos	363	634	(43)
Fundos dos Investimentos	148	132	12
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	951.247	854.826	11

Demonstrações Contábeis



III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO BD

(Em milhares de reais)

Descrição	2014	2013	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	273.171	254.654	7
1. Adições	36.250	41.322	(12)
Contribuições	5.898	6.742	(13)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	30.352	34.349	(12)
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	231	-
2. Destinações	(23.512)	(22.805)	3
Benefícios	(22.181)	(21.047)	5
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(14)	-	-
Custeio Administrativo	(1.317)	(1.758)	(25)
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	12.738	18.517	(31)
Provisões Matemáticas	20.754	18.468	12
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(8.016)	49	(16.459)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	285.909	273.171	5
C) Fundos Não Previdenciais	1.515	1.420	7
Fundos Administrativos	1.194	1.119	7
Fundos dos Investimentos	321	301	7

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO CD

(Em milhares de reais)

Descrição	2014	2013	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	577.495	532.408	8
1. Adições	105.694	68.503	54
Contribuições	44.184	44.471	(1)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	61.510	24.032	156
2. Destinações	(22.522)	(23.416)	(4)
Benefícios	(18.074)	(19.159)	(6)
Custeio Administrativo	(4.448)	(4.257)	4
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	83.172	45.087	84
Provisões Matemáticas	84.077	47.539	77
Fundos Previdenciais	344	189	82
Superávit Técnico do Exercício	(1.249)	(2.641)	(53)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	660.667	577.495	14
C) Fundos Não Previdenciais	3.156	2.740	15
Fundos Administrativos	2.270	1.982	15
Fundos dos Investimentos	886	758	17

Demonstrações Contábeis



IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO BD (Em milhares de reais)

Descrição	2014	2013	Variação %
1. Ativos	290.911	277.228	5
Disponível	2	17	(88)
Receível	21.454	21.614	(1)
Investimento	269.455	255.597	5
Títulos Públicos	254.032	229.800	11
Fundos de Investimentos	9.113	19.923	(54)
Empréstimos	4.820	4.448	8
Depósitos Judiciais / Recursais	1.490	1.426	4
2. Obrigações	3.487	2.637	32
Operacional	332	330	1
Contingencial	3.155	2.307	37
3. Fundos Não Previdenciais	1.515	1.420	7
Fundos Administrativos	1.194	1.119	7
Fundos dos Investimentos	321	301	7
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	285.909	273.171	5
Provisões Matemáticas	293.731	272.977	8
Superávit Técnico	(7.822)	194	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Descrição	2014	2013	Variação %
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	4.445	194	2.191
a) Resultado Realizado	(7.822)	194	(4.132)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-	194	-
a.2) (-) Deficit Técnico Acumulado	(7.822)	-	-
b) Ajuste de Precificação	12.267	-	-
c) (+) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	4.445	194	2.191

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO CD (Em milhares de reais)

Descrição	2014	2013	Variação %
1. Ativos	664.133	580.464	14
Disponível	41	37	11
Receível	3.831	3.648	5
Investimento	660.261	576.779	14
Títulos Públicos	84.016	56.094	50
Créditos Privados e Depósitos	103.142	84.801	22
Fundos de Investimentos	457.140	420.589	9
Empréstimos	15.963	15.295	4

Continua na próxima página

Demonstrações Contábeis

Continuação

2. Obrigações	310	229	35
Operacional	310	229	35
3. Fundos Não Previdenciais	3.156	2.740	15
Fundos Administrativos	2.270	1.982	15
Fundos dos Investimentos	886	758	17
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	660.667	577.495	14
Provisões Matemáticas	651.791	567.714	15
Superávit Técnico	7.737	8.986	(14)
Fundos Previdenciais	1.139	795	43

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

(Em milhares de reais)

Descrição	2014	2013	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.101	2.467	26
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.231	7.204	-
1.1. Receitas	7.231	7.204	-
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	5.765	6.015	(4)
Custeio Administrativo dos Investimentos	835	915	(9)
Taxa de Administração de Empréstimos	92	81	14
Resultado Positivo dos Investimentos	309	129	140
Outras Receitas	230	64	259
2. Despesas Administrativas	(6.868)	(6.570)	5
2.1. Administração Previdencial	(5.406)	(5.220)	4
Pessoal e Encargos	(2.909)	(3.131)	(7)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(98)	(74)	32
Viagens e Estadias	(24)	(14)	71
Serviços de Terceiros	(864)	(1.092)	(21)
Despesas Gerais	(802)	(757)	6
Depreciações e Amortizações	(220)	(152)	45
Outras Despesas	(489)	-	-
2.2. Administração dos Investimentos	(1.462)	(1.350)	8
Pessoal e Encargos	(645)	(588)	10
Treinamentos/Congressos e Seminários	(25)	(18)	39
Viagens e Estadias	(11)	(6)	83
Serviços de Terceiros	(526)	(561)	(6)
Despesas Gerais	(206)	(167)	23
Depreciações e Amortizações	(1)	(10)	(90)
Outras Despesas	(48)	-	-
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	363	634	(43)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	363	634	(43)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	3.464	3.101	12

Demonstrações Contábeis



VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO BD

(Em milhares de reais)

Descrição	2014	2013	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	289.717	276.109	5
1. Provisões Matemáticas	293.731	272.977	8
1.1. Benefícios Concedidos	282.481	262.961	7
Benefício Definido	282.481	262.961	7
1.2. Benefícios a Conceder	11.250	10.016	12
Benefício Definido	11.250	10.016	12
2. Equilíbrio Técnico	(7.822)	194	(4.132)
2.1. Resultados Realizados	(7.822)	194	(4.132)
Superávit Técnico Acumulado	-	194	-
Reserva de Contingência	-	194	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	(7.822)	-	-
3. Fundos	321	301	7
3.1. Fundos Previdenciais	-	-	-
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	321	301	7
4. Exigível Operacional	332	330	1
4.1. Gestão Previdencial	332	330	1
5. Exigível Contingencial	3.155	2.307	37
5.1. Gestão Previdencial	1.665	881	89
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.490	1.426	4

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO CD

(Em milhares de reais)

Descrição	2014	2013	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	661.863	578.482	14
1. Provisões Matemáticas	651.791	567.714	15
1.1. Benefícios Concedidos	169.892	146.617	16
Contribuição Definida	138.614	118.726	17
Benefício Definido	31.278	27.891	12
1.2. Benefícios a Conceder	481.899	421.097	14
Contribuição Definida	459.367	400.320	15
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Instituidores	154.762	128.722	20
Saldo de Contas - Parcela Participantes	304.605	271.598	12
Benefício Definido	22.532	20.777	8
2. Equilíbrio Técnico	7.737	8.986	(14)
2.1. Resultados Realizados	7.737	8.986	(14)
Superávit Técnico Acumulado	7.737	8.986	(14)
Reserva de Contingência	7.737	8.986	(14)
3. Fundos	2.025	1.553	30
3.1. Fundos Previdenciais	1.139	795	43
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	886	758	17
4. Exigível Operacional	310	229	35
4.1. Gestão Previdencial	310	229	35

Parecer Atuarial



Parecer Atuarial



Plano de Benefício Definido (BD) – Tractebel Energia S/A

Item a – Referente ao Grupo de Custeio

i) Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano BD MASSA TRACTEBEL ELOS TRANSFERIDA PARA PREVIG, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela PREVIG, resultou no custo total puro de 20,28% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, sabendo que as despesas administrativas são cobertas pelo Patrocinador e que a contribuição pura dos participantes assistidos é de 5,00%, conforme descrito a seguir:

Referência Tipo de Benefício	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual *4
APOSENTADORIAS *1	17,72	18,24
INVALIDEZ	0,47	0,39
PENSÃO POR MORTE/AUXÍLIO RECLUSÃO	1,59	1,65
AUXÍLIO FUNERAL	*2	*2
SUB-TOTAL	19,79	20,28
ADMINISTRAÇÃO	*3	*3
TOTAL	19,79	20,28

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo incluído nos custos de Pensão por Morte / Auxílio Reclusão.

*3: As despesas administrativas, conforme previsto no Regulamento do Plano, são cobertas pelo Patrocinador TRACTEBEL.

*4: Avaliação de todos os benefícios pelo Regime de Capitalização na Versão Agregado face ao fechamento do Plano BD MASSA TRACTEBEL ELOS TRANSFERIDA PARA PREVIG, desde 05/10/2004, a novas adesões de participantes, sendo o custo, aberto por benefício, atribuído de forma proporcional ao valor atual de cada um dos Benefícios Futuros (Aposentadorias sem ser por Invalidez/Aposentadorias por Invalidez/Pensão por Morte - Auxílio-Reclusão/Auxílio-Funeral).

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2014, a idade média dos Participantes Não Assistidos é de 53 anos.

2) O custo total reavaliado de 20,28% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos (exceto participantes em BPD), assim como o custo total reavaliado de 5,00% relativo aos participantes em gozo de benefício, serão cobertos, no exercício de 2014, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano BD MASSA TRACTEBEL ELOS TRANSFERIDA PARA PREVIG, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Parecer Atuarial

Contribuições Normais Referência	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	6,60	6,76
Contribuição Normal da Patrocinadora	13,19	13,52
Sub-total	19,79	20,28
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos):	19,79	20,28
Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:		
Aposentados Assistidos	5,00	5,00
Pensionistas Assistidos	-	-

ii) Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A composição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2013 para o final do ano 2014, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2013	31/12/2014	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	262.961.206,99	282.481.387,41	7,42%
Provisão de Benefícios a Conceder	10.015.745,88	11.249.344,98	12,32%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) *1	272.976.952,87	293.730.732,39	7,60%

(valores em R\$)

iii) Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano BD da PREVIG patrocinado pela TRACTEBEL, em 31/12/2014, já considerando o fechamento desse Plano à novas adesões de participantes, bem como a migração de participantes para o Plano de Benefícios PREVIG (com características de Contribuição Definida), o que levou à utilização, desde a reavaliação atuarial do ano de 2005, à adoção do Regime/Método de Capitalização Agregado para avaliar atuarialmente os benefícios desse Plano, utilizando as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do ano de 2013, com exceção da adoção da Taxa Real de Juros de 5,60% ao ano e da adoção da Composição Familiar Efetiva, com base no cadastro da PREVIG, para avaliar os Benefícios já Concedidos de Aposentadorias programadas e respectivas reversões em Pensão por Morte, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (7.821.686,88), equivalente a 2,74% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 285.909.045,51.

2) O Déficit Técnico Acumulado de R\$ (7.821.686,88), após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIG nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 4.445.230,50, tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento,

Parecer Atuarial



calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,60% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 12.266.917,38 em 31/12/2014.

3) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

a) Tábua de Mortalidade Geral: “qx da AT2000 (masculina)”.

b) Tábua de Mortalidade de Inválidos: “qxi = qx da AT83 (masculina)”.

c) Tábua de Entrada em Invalidez: “ix da LIGHT MÉDIA”.

d) Taxa real de juros/desconto: 5,60% ao ano.

e) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Como se trabalha na avaliação atuarial com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, tal procedimento já embute tal Fator de Determinação do valor real dos salários.

f) Em relação à composição familiar, é adotada a premissa de Família Média obtida com base na experiência regional para avaliar os Benefícios a Conceder. Sendo que, para os Benefícios já Concedidos de Pensão por Morte e os Benefícios já Concedidos de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensões por Morte, já está sendo adotada integralmente a premissa de Família Efetiva com base no cadastro da PREVIG.

g) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,5%, compatível com uma inflação média anual de 4,5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano.

4) Portanto, nesta avaliação atuarial de 31/12/2014, já está sendo implantada integralmente a premissa da Família Efetiva, com base no cadastro da PREVIG, para avaliação atuarial de todos os Benefícios já Concedidos pelo Plano, onde primeiramente foi realizado para os Benefícios de Pensão por Morte já Concedidos na Avaliação Atuarial do exercício de 2012 e, na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013, para os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez já Concedidos e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte.

5) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2014, foi de 12,56% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 12,43%, o que, em termos reais, representou obter 5,86% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,75% ao ano estabelecida para 2014, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2015, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo alterada para 5,60% ao ano, o que deve ser

objeto de análise pelos consultores financeiros da PREVIG durante o exercício de 2015, inclusive observando o estabelecido na Resolução CNPC nº 15/2014, de 19/11/2014.

Item b – Referente ao Plano de Benefício

i) Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado e o Equilíbrio Técnico Ajustado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os regimes atuariais de financiamento descritos nesta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela PREVIG, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A..

ii) Variação do Resultado Superavitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Referência	Valor
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2013 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2014 (*1)	R\$ 218.238,04
Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela PREVIG para 31/12/2013 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2013 evoluído para 31/12/2014 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade	R\$ 1.779.211,04
Adoção da Taxa Real de Juros de 5,60% ao ano	R\$ (4.189.929,52)
Adoção da Composição Familiar Efetiva referente as Aposentadorias programadas já Concedidas	R\$ (4.753.602,22)
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)	R\$ (875.604,22)
Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2014	R\$ (7.821.686,88)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	-
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ (7.821.686,88)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ (7.821.686,88)
b) Ajuste de Precificação	R\$ 12.266.917,38
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b) (*3)	R\$ 4.445.230,50

(*1): $R\$ 218.238,04 = 194.110,15 \times 1,1243$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,29% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2014, que foi de R\$ 293.730.732,39 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.

(*3): Equilíbrio Técnico Ajustado calculado com base na Resolução CNPC nº 16/2014, de 19/11/2014.

Parecer Atuarial



iii) Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ (7.821.686,88) é caracterizado como sendo de origem estrutural, e, considerando que este Déficit, após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado positivo de R\$ 4.445.230,50, tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,60% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 12.266.917,38 em 31/12/2014, mesmo sendo este Déficit Técnico Acumulado de R\$ (7.821.686,88), equivalente a 2,66% das Provisões Matemáticas Reavaliadas em 31/12/2014, considerando o estabelecido na Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e na Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, para fins de equacionamento de déficit, deverá ser considerado o equilíbrio técnico ajustado constante das informações complementares do demonstrativo do Plano, sendo este equilíbrio técnico ajustado apurado na posição de 31/12/2014, no valor de R\$ 4.445.230,50.

iv) Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 05/10/2004 a novas adesões de participantes, o regime financeiro de capitalização que está sendo adotado, é o de Capitalização na versão Agregado, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2015

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426

Plano de Contribuição Definida (CD) – Tractebel Energia S/A

Item a – Referente ao Grupo de Custeio

i) Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIG, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela PREVIG, resultou no custo total puro (contribuições normais) de 10,04% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, conforme descrito a seguir:

Referência Tipo de Benefício	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS	-	-
INVALIDEZ	-	-
PENSÃO POR MORTE	-	-
SUB-TOTAL	*1	*1
ADMINISTRAÇÃO	*2	*2
TOTAL	*1	*1

*1: Custos e Contribuições definidos no Regulamento do Plano CD:

i) Contribuição Básica: 2% até 1 (uma) URP (Unidade de Referência PREVIG) e por opção do participante, 3%, 5% ou 7% do excedente a 1 (uma) U.R.P., sendo que a Patrocinadora realiza contribuição paritária (de igual valor);

ii) Contribuições Adicionais: efetuadas por opção do participante, de qualquer valor e sem qualquer contrapartida da Patrocinadora.

*2: As despesas administrativas relativas aos benefícios saldados oriundos do Plano BD são cobertas 100% pela Patrocinadora, de acordo com sua carta CD DA-003/2008 de 10/01/2008, sendo as despesas administrativas relativas ao Saldo de Conta do Plano CD custeadas, por contribuições paritárias dos participantes (inclusive os assistidos) e pela Patrocinadora, conforme estabelece o Regulamento do Plano.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2014, a idade média dos Participantes Não Assistidos é de 48 anos.

2) O custo total reavaliado de 10,04% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos (exceto participantes em BPD) referente ao CD Puro, assim como o custo total reavaliado de 5,83% relativo aos participantes em gozo de benefício – CD/B.S.P.S., serão cobertos, no exercício de 2015, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIG, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Parecer Atuarial



Contribuições Normais Referência	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	5,02	5,02
Contribuição Normal da Patrocinadora	5,02	5,02
Sub-total	10,04	10,04
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	10,04	10,04
Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:	-	-
Aposentados Assistidos (B.S.P.S)	5,78	5,83
Pensionistas Assistidos	-	-

ii) Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2013 para o final do ano 2014, considerando a evolução das suas principais grandezas, são as seguintes:

Referência	31/12/2013	31/12/2014	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	145.916.388,72	168.814.537,76	15,69%
Provisão de Benefícios a Conceder	382.379.937,07	432.561.960,87	13,12%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	528.296.325,79	601.376.498,63	13,83%

(valores em R\$)

iii) Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIG patrocinado pela TRACTEBEL, em 31/12/2014, utilizando o Regime/Método de Capitalização Agregado e as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do ano de 2013, com exceção da adoção da Taxa Real de Juros de 5,50% ao ano e da adoção da Composição Familiar Efetiva, com base no cadastro da PREVIG, para avaliar os Benefícios já Concedidos de Aposentadorias programadas e respectivas reversões em Pensão por Morte, para avaliar atuarialmente o B.S.P.S. desse Plano, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 7.736.965,30 que se refere exclusivamente ao B.S.P.S., equivalente a 12,57% do Patrimônio de Cobertura do Plano do B.S.P.S., então existente, de R\$ 61.547.170,33.

2) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais (APLICÁVEL AO B.S.P.S.):

i) Tábua de Mortalidade Geral: “qx da AT2000 (masculina)”.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: “qxi = qx da AT83 (masculina)”.

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: “ix da LIGHT MÉDIA”.

iv) Taxa real de juros/desconto: 5,50% ao ano.

v) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: Não aplicável por tratar-se de benefício suplementar proporcional saldado resultante do processo de migração do plano BD, concedidos ou a conceder, cujos valores encontram-se determinados.

Parecer Atuarial



vi) Em relação à composição familiar, é adotada a premissa de Família Média obtida com base na experiência regional para avaliar os Benefícios a Conceder. Sendo que, para os Benefícios já Concedidos de Pensão por Morte e os Benefícios já Concedidos de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensões por Morte, já está sendo adotada integralmente a premissa de Família Efetiva com base no cadastro da PREVIG.

vii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 97,5%, compatível com uma inflação média anual de 4,5% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano.

3) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano do B.S.P.S., ao longo de 2014, foi de 10,86% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 12,43%, o que, em termos reais, representou obter 4,26% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,75% ao ano estabelecida para 2014, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2015, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo alterada para 5,50% ao ano, o que deve ser objeto de análise pelos consultores financeiros da PREVIG durante o exercício de 2015, inclusive observando o estabelecido na Resolução CNPC nº 15/2014, de 19/11/2014.

4) Com relação à rentabilidade nominal média ponderada obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, parte CD Puro (contas individuais de Participantes) ao longo de 2014, foi de 11,02%, tomando por base os percentuais de rentabilidade nominal líquida, por perfil, da seguinte ordem:

Perfil de Investimento	Rentabilidade - %	
	2014	2013
Renda Fixa	13,07	5,37
Mix I	10,76	4,73
Mix II	8,61	3,68
Mix III	6,54	2,69

Fonte: informações apresentadas pela PREVIG.

Item b – Referente ao Plano de Benefício

i) Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Superávit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os regimes atuariais de financiamento descritos nesta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela PREVIG, sendo que os dados

Parecer Atuarial



cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A..

ii) Variação do Resultado Superavitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis (APLICÁVEL AO B.S.P.S.):

Referência	Valor
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2013 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2014 (*1)	R\$ 10.102.328,10
Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela PREVIG para 31/12/2014 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2013 evoluído para 31/12/2014 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade	R\$ (640.332,05)
Adoção da Taxa Real de Juros de 5,50% ao ano	R\$ (1.399.469,33)
Adoção da Composição Familiar Efetiva referente as Aposentadorias programadas já Concedidas	R\$ (525.012,62)
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)	R\$ 199.451,20
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2014 (*3)	R\$ 7.736.965,30

(*1): $R\$ 10.102.328,10 = 8.985.438,14 \times 1,1243$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,37% do valor total das Provisões Matemáticas do Plano B.S.P.S. obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2014, que foi de R\$ 53.810.205,03 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.

(*3): Equivalente a 14,38% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2014, que foi de R\$ 53.810.205,03.

iii) Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado que se refere exclusivamente ao B.S.P.S., nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) do total das Provisões Matemáticas do B.S.P.S., encontra-se registrado como Reserva de Contingência no valor de R\$ 7.736.965,30, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, com base nas hipóteses atualmente adotadas como premissas para avaliação atuarial do Plano, sendo à luz da legislação vigente, entendido como de origem conjuntural.

iv) Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

No que se refere ao B.S.P.S., o regime financeiro de capitalização que está sendo adotado, é o de Capitalização na versão Agregado, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2015

JOSÉ ROBERTO MONTELO
ATUÁRIO MIBA 426

Plano de Contribuição Definida (CD) – GDF SUEZ ENERGY LATIN AMERICA PARTICIPAÇÕES LTDA

Item a – Referente ao Grupo de Custeio

i) Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIG, dada a característica de ser um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), antes e após a concessão do benefício de prestação continuada, por princípio, será sempre equilibrada e o cadastro de participantes fornecido pela PREVIG, resultou no custo total puro de 10,64% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, conforme descrito a seguir:

Referência Tipo de Benefício	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS	-	-
INVALIDEZ	-	-
PENSÃO POR MORTE	-	-
SUB-TOTAL	*1	*1
ADMINISTRAÇÃO	*2	*2
TOTAL	*1	*1

*1: Custos e Contribuições definidos no Regulamento do Plano CD:

i) Contribuição Básica: 2% até 1 (uma) URP (Unidade de Referência PREVIG) e por opção do participante, 3%, 5% ou 7% do excedente a 1 (uma) U.R.P., sendo que a Patrocinadora realiza contribuição paritária (de igual valor);

ii) Contribuições Adicionais: efetuadas por opção do participante, de qualquer valor e sem qualquer contrapartida da Patrocinadora.

*2: As despesas administrativas foram custeadas paritariamente 50% pela patrocinadora e 50% pelos participantes.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2014, a idade média dos Participantes Não Assistidos é de 38 anos.

2) O custo total reavaliado de 10,64% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos, será coberto, no exercício de 2014, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIG, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Parecer Atuarial



Contribuições Normais Referência	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	5,32	5,32
Contribuição Normal da Patrocinadora	5,32	5,32
Sub-total	10,64	10,64
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	10,64	10,64
Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:	-	-
Aposentados Assistidos	-	-
Pensionistas Assistidos	-	-

ii) Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2013 para o final do ano 2014, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2013	31/12/2014	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	-	277.432,38	-
Provisão de Benefícios a Conceder	4.907.718,12	5.803.532,18	18,25%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) *1	4.907.718,12	6.080.964,56	23,91%

(valores em R\$)

iii) Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) Com relação aos valores das Provisões Matemáticas (Financeiras) e ao Resultado Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram obtidos por nossa consultoria atuarial independente a partir das informações contábeis fornecidas pela PREVIG.

2) Com relação à rentabilidade nominal média ponderada obtida ao longo de 2014, destacamos que ela foi de 9,79%.

Item b – Referente ao Plano de Benefício

i) Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Resultado Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando os regimes atuariais de financiamento apresentados nesta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela PREVIG, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e

posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A.

ii) Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Por ser um Plano de Benefícios exclusivamente na Modalidade de Contribuição Definida, está sendo adotado o Regime Financeiro de Capitalização Individual, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2015

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426

Parecer Atuarial



Plano de Contribuição Definida (CD) – GDF SUEZ ENERGY BRASIL LTDA

Item a – Referente ao Grupo de Custeio

i) Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIG, dada a característica de ser um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), antes e após a concessão do benefício de prestação continuada, por princípio, será sempre equilibrada e o cadastro de participantes fornecido pela PREVIG, resultou no custo total puro de 11,28% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, conforme descrito a seguir:

Referência Tipo de Benefício	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS	-	-
INVALIDEZ	-	-
PENSÃO POR MORTE	-	-
SUB-TOTAL	*1	*1
ADMINISTRAÇÃO	*2	*2
TOTAL	*1	*1

*1: Custos e Contribuições definidos no Regulamento do Plano CD:

i) Contribuição Básica: 2% até 1 (uma) URP (Unidade de Referência PREVIG) e por opção do participante, 3%, 5% ou 7% do excedente a 1 (uma) U.R.P, sendo que a Patrocinadora realiza contribuição paritária (de igual valor);

ii) Contribuições Adicionais: efetuadas por opção do participante, de qualquer valor e sem qualquer contrapartida da Patrocinadora.

*2: As despesas administrativas foram custeadas paritariamente 50% pela patrocinadora e 50% pelos participantes.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2014, a idade média dos Participantes Não Assistidos é de 41 anos.

2) O custo total reavaliado de 11,28% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos, será coberto, no exercício de 2015, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIG, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Parecer Atuarial

Contribuições Normais Referência	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	5,63	5,64
Contribuição Normal da Patrocinadora	5,63	5,64
Sub-total	11,26	11,28
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	11,26	11,28
Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:	-	-
Aposentados Assistidos	-	-
Pensionistas Assistidos	-	-

ii) Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2013 para o final do ano 2014, considerando a evolução das suas principais grandezas, são as seguintes:

Referência	31/12/2013	31/12/2014	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	446.138,68	452.909,70	1,52%
Provisão de Benefícios a Conceder	11.237.147,17	13.659.101,10	21,55%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) *1	11.683.285,85	14.112.010,8	20,79%

(valores em R\$)

iii) Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) Com relação aos valores das Provisões Matemáticas (Financeiras) e ao Resultado Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram obtidos por nossa consultoria atuarial independente a partir das informações contábeis fornecidas pela PREVIG.

2) Com relação à rentabilidade nominal média ponderada obtida ao longo de 2014, destacamos que ela foi de 11,15%.

Item b – Referente ao Plano de Benefício

i) Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Resultado Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando os regimes atuariais de financiamento apresentados nesta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela PREVIG, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e

Parecer Atuarial



posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A.

ii) Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Por ser um Plano de Benefícios exclusivamente na Modalidade de Contribuição Definida, está sendo adotado o Regime Financeiro de Capitalização Individual, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2015

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426

Plano de Contribuição Definida (CD) – LEME ENGENHARIA LTDA.

Item a – Referente ao Grupo de Custeio

i) Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIG, dada a característica de ser um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), antes e após a concessão do benefício de prestação continuada, por princípio, será sempre equilibrada e o cadastro de participantes fornecido pela PREVIG, resultou no custo total puro de 9,12% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, conforme descrito a seguir:

Referência Tipo de Benefício	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS	-	-
INVALIDEZ	-	-
PENSÃO POR MORTE	-	-
SUB-TOTAL	*1	*1
ADMINISTRAÇÃO	*2	*2
TOTAL	*1	*1

*1: Custos e Contribuições definidos no Regulamento do Plano CD:

- i) Contribuição Básica: 2% até 1 (uma) URP (Unidade de Referência PREVIG) e por opção do participante, 3%, 5% ou 7% do excedente a 1 (uma) U.R.P., sendo que a Patrocinadora realiza contribuição paritária (de igual valor);
- ii) Contribuições Adicionais: efetuadas por opção do participante, de qualquer valor e sem qualquer contrapartida da Patrocinadora.

*2: As despesas administrativas foram custeadas paritariamente 50% pela patrocinadora e 50% pelos participantes.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2014, a idade média dos Participantes Não Assistidos é de 38 anos.

2) O custo total reavaliado de 9,12% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos, será coberto, no exercício de 2015, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIG, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Parecer Atuarial



Contribuições Normais Referência	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	4,52	4,56
Contribuição Normal da Patrocinadora	4,52	4,56
Sub-total	9,04	9,12
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	9,04	9,12
Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:	-	-
Aposentados Assistidos	-	-
Pensionistas Assistidos	-	-

ii) Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2013 para o final do ano 2014, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	253.831,33	347.019,55	36,71%
Provisão de Benefícios a Conceder	14.847.241,01	19.149.836,78	28,98%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) *1	15.101.072,34	19.496.856,33	29,11%

(valores em R\$)

iii) Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) Com relação aos valores das Provisões Matemáticas (Financeiras) e ao Resultado Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram obtidos por nossa consultoria atuarial independente a partir das informações contábeis fornecidas pela PREVIG.

2) Com relação à rentabilidade nominal média ponderada obtida ao longo de 2014, destacamos que ela foi de 10,42%.

Item b – Referente ao Plano de Benefício

i) Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Resultado Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando os regimes atuariais de financiamento apresentados nesta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela PREVIG, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e

posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A.

ii) Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Por ser um Plano de Benefícios exclusivamente na Modalidade de Contribuição Definida, está sendo adotado o Regime Financeiro de Capitalização Individual, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2015

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426

Parecer Atuarial



Plano de Contribuição Definida (CD) – ELOSAÚDE – ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Item a – Referente ao Grupo de Custeio

i) Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIG, dada a característica de ser um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), antes e após a concessão do benefício de prestação continuada, por princípio, será sempre equilibrada e o cadastro de participantes fornecido pela PREVIG, resultou no custo total puro de 6,30% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, conforme descrito a seguir:

Referência Tipo de Benefício	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
Aposentadorias	-	-
Invalidez	-	-
Pensão por Morte	-	-
Subtotal	*1	*1
Administração	*2	*2
Total	*1	*1

*1: Custos e Contribuições definidos no Regulamento do Plano CD:

- i) Contribuição Básica: 2% até 1 (uma) URP (Unidade de Referência PREVIG) e por opção do Participante, 3%, 5% ou 7% do excedente a 1 (uma) U.R.P., sendo que a Patrocinadora realiza contribuição paritária (de igual valor);
- ii) Contribuições Adicionais: efetuadas por opção do Participante, de qualquer valor e sem qualquer contrapartida da Patrocinadora.

*2: As despesas administrativas foram custeadas paritariamente 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2014, a idade média dos Participantes Não Assistidos é de 37 anos.

2) O custo total reavaliado de 6,30% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos, será coberto, no exercício de 2015, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIG, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Parecer Atuarial



Contribuições Normais Referência	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	3,14	3,15
Contribuição Normal da Patrocinadora	3,14	3,15
Subtotal	6,28	6,30
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	6,28	6,30
Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:	-	-
Aposentados Assistidos	-	-
Pensionistas Assistidos	-	-

ii) Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2013 para o final do ano 2014, considerando a evolução das suas principais grandezas, são as seguintes:

Referência	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	-	-	-
Provisão de Benefícios a Conceder	349.439,21	458.717,65	31,27%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) *1	349.439,21	458.717,65	31,27%

(valores em R\$)

iii) Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) Com relação aos valores das Provisões Matemáticas (Financeiras) e ao Resultado Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram obtidos por nossa consultoria atuarial independente a partir das informações contábeis fornecidas pela PREVIG.

2) Com relação à rentabilidade nominal média ponderada obtida ao longo de 2014, destacamos que ela foi de 9,23%.

Item b – Referente ao Plano de Benefício

i) Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Resultado Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando os regimes atuariais de financiamento apresentados nesta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela PREVIG, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e

Parecer Atuarial



posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A.

ii) Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Por ser um Plano de Benefícios exclusivamente na Modalidade de Contribuição Definida, está sendo adotado o Regime Financeiro de Capitalização Individual, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2015

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426

Plano de Contribuição Definida (CD) – ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A

Item a – Referente ao Grupo de Custeio

i) Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIG, dada a característica de ser um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), antes e após a concessão do benefício de prestação continuada, por princípio, será sempre equilibrada e o cadastro de participantes fornecido pela PREVIG, resultou no custo total puro de 9,70% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, conforme descrito a seguir:

Referência Tipo de Benefício	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
Aposentadorias	-	-
Invalidez	-	-
Pensão por Morte	-	-
Subtotal	-	*1
Administração	-	*2
Total	-	*1

*1: Custos e Contribuições definidos no Regulamento do Plano CD:

- i) Contribuição Básica: 2% até 1 (uma) URP (Unidade de Referência PREVIG) e por opção do Participante, 3%, 5% ou 7% do excedente a 1 (uma) U.R.P., sendo que a Patrocinadora realiza contribuição paritária (de igual valor);
- ii) Contribuições Adicionais: efetuadas por opção do Participante, de qualquer valor e sem qualquer contrapartida da Patrocinadora.

*2: As despesas administrativas foram custeadas paritariamente 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2014, a idade média dos Participantes Não Assistidos é de 35 anos.

2) O custo total reavaliado de 9,70% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos, será coberto, no exercício de 2015, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIG, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Parecer Atuarial



Contribuições Normais Referência	Em %	
	Ano Anterior (² 1)	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	4,81	4,85
Contribuição Normal da Patrocinadora	4,81	4,85
Subtotal	9,62	9,70
Total Contribuições (Patrocinadoras + Partic. Ativos):	9,62	9,70
Contribuições Normais dos Participantes Assistidos:	-	-
Aposentados Assistidos	-	-
Pensionistas Assistidos	-	-

ii) Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2013 para o final do ano 2014, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2013	31/12/2014	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	-	-	-
Provisão de Benefícios a Conceder	7.376.354,23	10.266.366,75	39,18%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) *1	7.376.354,23	10.266.366,75	39,18%

(valores em R\$)

iii) Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) Com relação aos valores das Provisões Matemáticas (Financeiras) e ao Resultado Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram obtidos por nossa consultoria atuarial independente a partir das informações contábeis fornecidas pela PREVIG.

2) Com relação à rentabilidade nominal média ponderada obtida ao longo de 2014, destacamos que ela foi de 9,77%.

Item b – Referente ao Plano de Benefício

i) Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Resultado Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando os regimes atuariais de financiamento apresentados nesta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela PREVIG, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e

posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A.

ii) Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Por ser um Plano de Benefícios exclusivamente na Modalidade de Contribuição Definida, está sendo adotado o Regime Financeiro de Capitalização Individual, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2015

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426

Parecer dos Auditores Independentes



Parecer dos Auditores Independentes



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
PREVIG – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
Florianópolis/SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **PREVIG – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **PREVIG – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera

Exacto Auditoria

Rua Dona Laura, 228, 3º andar, CEP 90430-090, Porto Alegre, RS, Brasil
Fone: +(55) (51) 3331.2466 Fax: +(55) (51) 3331.2207
PORTO ALEGRE, RS - SÃO PAULO, SP - VITÓRIA, ES

Página 1 de 3

exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br



Parecer dos Auditores Independentes



os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **PREVIG – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **PREVIG – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfase

a) Ajuste de Precificação do Plano BD

Chamamos à atenção para a Nota 4.3.4, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do Plano BD. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2014, apresentou resultado positivo de R\$ 12.266.917,38. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

b) Déficit Técnico Acumulado no Plano BD

Conforme item “b.iii” do Parecer Atuarial, de 20 de fevereiro de 2015, o Déficit Técnico Acumulado de R\$(7.821.686,88) é caracterizado como sendo de origem estrutural, e, considerando que este Déficit, após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art.10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado positivo de R\$4.445.230,50, tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados



Parecer dos Auditores Independentes




exacto

na categoria mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,60% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$12.266.917,38 em 31/12/2014, mesmo sendo este Déficit Técnico Acumulado de R\$(7.821.686,88), equivalente a 2,66% das Provisões Matemáticas Reavaliadas em 31/12/2014, considerando o estabelecido na Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e na Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, para fins de equacionamento de déficit, deverá ser considerado o equilíbrio técnico ajustado constante das informações complementares do demonstrativo do Plano, sendo este equilíbrio técnico ajustado apurado na posição de 31/12/2014, no valor de R\$4.445.230,50. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2015.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544


MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO
CONTADOR CRC RS-050671/O-2 S-SC

Exacto Auditoria

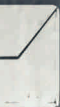
Rua Dona Laura, 228, 3º andar, CEP 90430-090, Porto Alegre, RS, Brasil
Fone: +(55) (51) 3331.2466 Fax: +(55) (51) 3331.2207
PORTO ALEGRE, RS SÃO PAULO, SP VITÓRIA, ES

Página 3 de 3

exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br



Parecer do Conselho Fiscal





PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar**, abaixo identificados, tendo examinado o Balanço Patrimonial - Consolidado levantado em 31 de dezembro de 2014, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada e a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas correspondentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, considerando o Parecer emitido em 20 de fevereiro de 2015 por Jessé Montello - Serviç os Técnicos em Atuária e Economia Ltda., acompanhado das respectivas Demonstrações Atuariais de cada um dos Planos de Benefícios administrados pela PREVIG, considerando, também, o Relatório dos Auditores Independentes, Exacto Auditoria S/S, emitido em 24 de fevereiro de 2015, e as análises complementares realizadas por este Conselho Fiscal, são de opinião que as referidas Demonstrações Contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PREVIG em 31 de dezembro de 2014, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e emitem o presente Parecer, recomendando ao Conselho Deliberativo da PREVIG a aprovação do conjunto das Demonstrações Contábeis do exercício de 2014.

Florianópolis/SC, 27 de fevereiro de 2015.



Osmar Osmarino Bento
Presidente do Conselho Fiscal



Guilherme Azevedo da Silva
Conselheiro Fiscal



Maria Elizabete Laurentino
Conselheira Fiscal

Parecer do Conselho Deliberativo



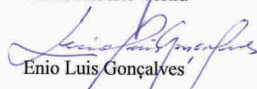
Parecer do Conselho Deliberativo

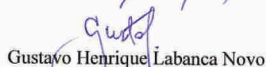
PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

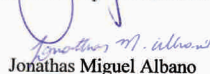
O Conselho Deliberativo da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, dos auditores independentes, Exacto Auditoria S/S e do atuário externo, Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., deliberou por aprovar por unanimidade tais Demonstrações Contábeis.

Florianópolis, 03 de março de 2015.

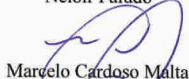

Carlos Alberto Vieira



Enio Luis Gonçalves

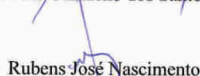

Gustavo Henrique Labanca Novo


Jonáthas Miguel Albano


Neloir Paludo


Marcelo Cardoso Malta


Pedro Camacho dos Santos


Rubens José Nascimento

Notas



Notas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31.12.2014 E 2013 (Em milhares de reais)

7 CONTEXTO OPERACIONAL

A PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar ("PREVIG" ou "Entidade") é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Seu funcionamento foi autorizado através da Portaria nº 991, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2002.

Instituída pela Tractebel Energia S.A. ("Tractebel"), na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a PREVIG tem como finalidade principal, através de múltiplos Planos Privados por ela administrados, complementar os benefícios a que têm direito a auferir, como segurados da Previdência Social, os seus participantes e respectivos dependentes.

A PREVIG administra dois Planos de Benefícios: (i) Plano de Benefícios Definidos ("Plano BD"), no qual o valor dos benefícios a que o participante terá direito no futuro é previamente definido tendo por base fórmulas de cálculos estabelecidas no Regulamento; e (ii) Plano de Contribuição Definida ("Plano CD"), no qual a contribuição para o plano que é previamente definida e o valor do benefício que o participante irá receber no futuro depende do saldo acumulado dessas contribuições, acrescido da rentabilidade obtida com as aplicações. O primeiro foi encerrado para novas inscrições em 05 de outubro de 2004, data da aprovação do segundo, conforme comunicação da SPC efetuada através do Ofício nº 1.998 DAJUR/SPC. Uma parcela do Plano CD é formada pelo Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), devido aos participantes que optaram em manter o direito ao benefício de aposentadoria, acumulado até a data da migração, vigorando com as mesmas regras do plano de origem, o Plano BD.

Nessa mesma data, a Tractebel firmou Convênio de Adesão com a PREVIG passando a oferecer o Plano CD aos seus empregados e dando início ao processo de migração previsto no Regulamento. A efetiva inscrição de participantes no Plano CD teve início em janeiro de 2005. O Plano CD foi instituído com as modalidades de Contribuição Definida ("CD Puro") e de Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") para os empregados da Patrocinadora Tractebel e da PREVIG que optaram pela migração do Plano BD para o Plano CD.

Atualmente, o Plano CD é patrocinado pela Tractebel, sua instituidora, GDF Suez Energy Brasil Ltda., GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda., LEME Engenharia Ltda., PREVIG, ELOSAÚDE Associação de Assistência à Saúde e Energia Sustentável do Brasil S.A.

7.1. Resumo das Principais Práticas Contábeis

A contabilidade da PREVIG é elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos Planos de Benefícios de forma a identificar, separadamente, os Planos de Benefícios Previdenciais administrados pela Entidade, bem como o Plano de Gestão Administrativa ("PGA"), para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções pré-determinadas.

A PREVIG adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil estão evidenciadas em notas explicativas, com a quantificação dos efeitos nas Demonstrações Contábeis.

Nos Planos BD, BSPS e PGA, todos os lançamentos contábeis são registrados com base no Princípio da Competência, independentemente de sua realização, e os registros relativos às contribuições de autopatrocinados e de participantes vinculados ao Plano CD (exceto BSPS) são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com os itens 8, 8.1 e 8.2, respectivamente, do Anexo C, da Resolução MPS/CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

Os registros das despesas administrativas são feitos por meio de sistema de alocação direta a cada Plano, combinados o com rateio das despesas comuns aos mesmos de forma proporcional aos respectivos recursos garantidores.

O superávit ou déficit técnico do exercício é apurado pela diferença entre a variação do ativo líquido (ativo total menos o exigível operacional, exigível contencioso e fundos não previdenciais) e a variação das provisões matemáticas.

Ocorrendo superávit, o mesmo é registrado como uma reserva de contingência até o limite de 25% das provisões matemáticas. O que ultrapassar este limite é registrado como uma reserva especial para revisão do Plano de Benefícios, conforme Art. 7º e 8º, da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

7.1.1. Ativo Permanente

7.1.1.1. Imobilizado

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, 15% para aparelhos cinematográficos (som e projeção) e 20% para equipamentos de informática, cuja depreciação é reconhecida como uma despesa do PGA, em consonância com a Instrução MPS/SPC no 34/2009.

7.1.1.2. Intangível

No intangível são registrados os gastos com aquisições de licenças e direitos de uso de softwares e benfeitorias em imóveis de terceiros, amortizados à taxa de 20% ao ano e reconhecidos como despesa do PGA. Os gastos com desenvolvimento de software também são registrados no intangível e amortizados à mesma taxa a partir de sua entrada em operação, em consonância com a Instrução MPS/SPC no 34/2009.

7.1.2. Exigível Operacional

Representa as obrigações incorridas, assim como as provisões para cobertura de riscos.

7.1.2.1. Gestão Previdencial

Registra as obrigações da Entidade em relação ao pagamento da folha de benefício e seus encargos legais, decorrentes dos Regulamentos dos Planos.

7.1.2.2. Gestão Administrativa

Registra as obrigações de ordem administrativa da Entidade.

7.1.3. Exigível Contingencial

Representa as provisões relacionadas às demandas judiciais de qualquer natureza, com risco provável de realização, as quais são avaliadas por consultoria jurídica.

7.1.4. Exigível Atuarial

É constituído com base na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, a qual é realizada por atuário independente, compreendendo benefícios concedidos e a conceder, tendo por base os Regulamentos dos Planos de Benefícios da Entidade.

7.1.5. Fundos

Registram os resultados acumulados obtidos pela Entidade com a Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, assim como o Fundo dos Investimentos constituído para quitação de empréstimos decorrente de falecimento ou inadiplência de participante.

7.2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

7.2.1. Legislação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, que passou a partir da publicação da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, a denominar-se Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Foram também observadas as disposições estabelecidas na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das Demonstrações Contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a ser observado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e longo prazo e refletem a posição consolidada de todos os Planos administrados pela Entidade.

1.2.2. Das Demonstrações Contábeis

De acordo com o item 17, do Anexo C, da Resolução MPS/CNPC nº 08/2011, são apresentadas as seguintes Demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMP (consolidada), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial), Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) em substituição à Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefício previdencial), Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial). As duas últimas alteradas através das Resoluções MPS/CNPC nº 12/2013 e MPS/CNPC nº 16/2014, respectivamente.

7.2.3. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares.

2 RECURSOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

2.1. Custeio Administrativo

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, por meio da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabeleceu novas regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A resolução atribuiu ao Conselho Deliberativo a competência de definir limites e as fontes de custeio de acordo com os regulamentos dos Planos de Benefícios, por ocasião da aprovação do orçamento anual, os quais deverão estar expressamente previstos no plano de custeio. Cabe ainda ao referido Conselho fixar os critérios quantitativos e qualitativos das despesas administrativas, indicadores de gestão e metas.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma Política de Investimentos para o PGA, a exemplo do que ocorre com os Planos de Benefícios.

Diante disto, o Conselho Deliberativo da PREVIG, por meio da deliberação DCD-044-04, em 14 de dezembro de 2009, aprovou o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que passou a vigorar a partir de janeiro de 2010, conforme previsto no Anexo C, item 27, da Resolução MPS/CNPC nº 08/2011.

2.1.1. Plano BD e Plano CD (BSPS)

De acordo com os regulamentos dos Planos, os custeios dos mesmos não contemplam a taxa de administração. A Patrocinadora Tractebel é responsável pelas despesas administrativas da Gestão Previdencial, enquanto as despesas de investimentos são custeadas pelas rentabilidades dos Planos.

As despesas administrativas da Gestão Previdencial e de Investimentos são registradas no PGA, através de centros de custos específicos. As despesas da Gerência de Investimentos são integralmente registradas no grupo de despesas relativas aos Investimentos e as despesas das Gerências de Seguridade e de Atendimento e Comunicação são integralmente registradas no grupo de despesas relativas à Gestão Previdencial. As despesas das demais áreas (Controladoria, Sistemas de Informação, Diretorias e Conselhos) são rateadas com base na proporção dos custos diretos da Gestão Previdencial e de Investimentos.

2.1.2. Plano de Contribuição Definida – Plano CD

As despesas administrativas são custeadas à razão de 50% para as Patrocinadoras e 50% para os participantes e assistidos.

A partir de 2008, a Patrocinadora Tractebel passou a assumir 100% das despesas administrativas equivalentes ao Saldo de Conta Total dos seus empregados, migrados do Plano BD para o Plano CD, posicionado em 31/10/2004, desde que atendida uma das seguintes condições: (i) participante possuía vínculo empregatício com a Tractebel em novembro de 2007, data do início da vigência do Acordo Coletivo; e (ii) participante está em gozo de complementação de aposentadoria ou pensão, sem que estas tenham sido iniciadas a partir da situação de participante na condição de autopatrocinador ou Benefício Proporcional Diferido (BPD).

3 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Eliminações das transações entre planos

Os saldos ativos e passivos resultantes das transações entre planos foram eliminados quando da elaboração do Balanço Patrimonial Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

	2012 (R\$ mil)				2011 (R\$ mil)			
	BD	CD	PGA	Total	BD	CD	PGA	Total
Gestão Administrativa - Contas a Receber	-	-	659	659	-	-	401	401
Total do Ativo	-	-	659	659	-	-	401	401
Gestão Administrativa - Outras Exigibilidades	-	-	(597)	(659)	-	-	(339)	(339)
Gestão Previdencial - Outras Exigibilidades	(53)	(9)	-	(62)	(51)	(11)	-	(62)
Total do Passivo	(53)	(9)	(597)	(659)	(51)	(11)	(339)	(401)

4 REALIZÁVEL

4.1. Gestão Previdencial

Registra os recursos a receber referente a contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, com vencimento em janeiro de 2015, contribuições contratadas e outros valores inerentes à atividade de natureza previdenciária.

	2014			2013		
	Plano BD	Plano CD	Consolidado	Plano BD	Plano CD	Consolidado
Contribuições do mês	9	-	9	205	-	205
Contribuições Contratadas	18.726	1.560	20.286	19.535	1.666	21.201
Recursos a Receber	18.735	1.560	20.295	19.740	1.666	21.406
Outros Créditos a Receber	1.525	1	1.526	756	-	756
Outros Realizáveis (*)	1.525	1	1.526	756	-	756
	20.260	1.561	21.821	20.496	1.666	22.162

* Patrocinadora (ver nota 6.1)

4.1.1. Contribuições Contratadas

Os valores registrados como contribuições contratadas correspondem aos seguintes contratos firmados entre a Entidade e a Patrocinadora Tractebel:

- a) Contrato Particular de Financiamento da Insuficiência de Cobertura das Reservas Matemáticas decorrentes do processo de migração, firmado em 28/04/2006 e seu Termo Aditivo nº 1, firmado em 28/09/2009, no montante de R\$ 16.487, decorrente do processo de migração do Plano BD para o Plano CD, em 31/07/2005. Em 31/12/2014, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - tranche 1: até abril de 2022 e tranche 2: finalizado em abril de 2014; (ii) encargos - tranche 1 e 2: INPC divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE") acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações mensais - tranche 1 e 2: calculadas com base no sistema francês de amortização; (iv) saldo devedor - tranche 1: R\$ 11.356 (R\$ 9.796 Plano BD e R\$ 1.560 Plano CD/BSPS), (R\$ 11.813 em 2013); e (v) em 2014 o saldo devedor da tranche 2 foi integralmente liquidado, (R\$ 315 em 2013);
- b) Contrato Particular de Financiamento da diferença de Reserva Matemática proveniente da elevação do piso mínimo de benefícios do Plano BD, firmado em 28/09/2009, no montante de R\$ 1.329. Em 31/12/2014, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - até setembro de 2024; (ii) encargos - INPC, do IBGE, acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações anuais - calculadas com base no sistema francês de amortização; e (iv) saldo devedor R\$ 1.481, (R\$ 1.493 em 2013);
- c) Contrato Particular de Financiamento de Provisão Matemática a Constituir, firmado em 27/03/2006, no montante de R\$ 6.396, correspondente ao saldo de Provisão Matemática a Constituir, apurada no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial do Plano BD em 31/12/2004. Em 31/12/2014, o contrato apresenta a seguinte posição: (i) prazo remanescente de amortização - até dezembro de 2023; (ii) encargos - INPC, do IBGE, acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano; (iii) prestações mensais - calculadas com base no sistema francês de amortização; e (iv) saldo devedor - R\$ 7.449, (R\$ 7.580 em 2013).

4.2. Gestão Administrativa

Registra os recursos a receber referentes ao custeio administrativo de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, com vencimento em janeiro de 2015, adiantamentos a empregados e outros valores inerentes à atividade de administração dos Planos de Benefícios.

	2014 (R\$ mil)			2013 (R\$ mil)		
	PGA BD	PGA CD	Consolidado	PGA BD	PGA CD	Consolidado
Contribuições para Custeio Administrativo	349	90	439	252	62	314
Outros Créditos (*)	6	-	6	77	44	121
	355	90	445	329	106	435

(*) Em atendimento à letra "k", do item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC nº 34/2009, o detalhamento dos saldos é o seguinte:

Notas



	2014			2013		
	PGA BD	PGA CD	Consolidado	PGA BD	PGA CD	Consolidado
Credores - Terceiros	2	-	2	56	44	100
Responsabilidade de Empregados	-	-	-	18	-	18
Despesas Antecipadas	4	-	4	3	-	3
Outros Créditos	6	-	6	77	44	121

4.3. Investimentos

Registra as aplicações dos recursos dos Planos de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

	2014				2013			
	Plano				Plano			
	BD	CD	PGA	Consolidado	BD	CD	PGA	Consolidado
RENDA FIXA	260.815	583.734	3.338	847.887	236.857	466.051	2.548	705.456
Aplicações em Instituições Financeiras	6.783	465.932	3.338	476.053	7.057	385.762	2.548	395.367
Cotas FAQ – Renda Fixa	6.783	396.576	3.338	406.697	7.057	325.156	2.548	334.761
Certificado de Depósito Bancário - DPGE - Compromissadas	-	69.356	-	69.356	-	60.606	-	60.606
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	254.032	84.016	-	338.048	229.800	56.094	-	285.894
Títulos de Empresas	-	33.786	-	33.786	-	24.195	-	24.195
Debêntures Não Conversíveis	-	33.786	-	33.786	-	24.195	-	24.195
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-	15.831	-	15.831	883	35.426	-	36.309
Fundo de Investimentos	-	15.831	-	15.831	883	35.426	-	36.309
Multimercado	-	13.543	-	13.543	883	32.964	-	33.847
Fundo Imobiliário	-	2.288	-	2.288	-	2.462	-	2.462
RENDA VARIÁVEL	2.330	44.733	-	47.063	11.983	60.007	-	71.990
Fundos de Investimentos	2.330	44.733	-	47.063	11.983	60.007	-	71.990
Cotas de Fundos de Investimento	2.330	44.733	-	47.063	11.983	60.007	-	71.990
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	4.820	15.963	-	20.783	4.448	15.295	-	19.743
Empréstimos	4.820	15.963	-	20.783	4.448	15.295	-	19.743
DÉPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	1.490	-	-	1.490	1.426	-	130	1.556
Depósitos Judiciais / Recursais	1.490	-	-	1.490	1.426	-	130	1.556
	269.455	660.261	3.338	933.054	255.597	576.779	2.678	835.054

4.3.1. Categorias dos Títulos e Valores Mobiliários

Atendendo às disposições estabelecidas no Art. 8º, da Resolução do MPS/CGPC n° 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários mantidos pela Entidade, passíveis de classificação nas categorias de "Títulos mantidos até o vencimento" e "Títulos para negociação", estavam assim representados em 31 de dezembro de 2014:

Tipo	Vctos	CONSOLIDADO							
		2014				2013			
		Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação		Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação	
Custo	Mercado	Mercado	Total	Custo	Mercado	Mercado	Total		
Títulos de responsabilidade do Governo Federal									
NTN-B	2015	3.105	-	-	3.105	2.867	-	-	2.867
NTN-B	2016	11.448	-	-	11.448	10.834	-	-	10.834
NTN-B	2017	11.456	-	7.249	18.705	10.826	-	6.821	17.647
NTN-B	2018	12.767	-	-	12.767	12.281	-	-	12.281
NTN-B	2019	1.266	-	7.540	8.806	-	-	-	-
NTN-B	2020	20.770	-	12.745	33.515	19.438	-	11.889	31.327
NTN-B	2022	6.325	-	-	6.325	6.035	-	-	6.035
NTN-B	2023	1.017	-	-	1.017	-	-	-	-
NTN-B	2024	38.335	-	-	38.335	35.682	-	-	35.682
NTN-B	2030	48.722	-	-	48.722	33.002	-	-	33.002
NTN-B	2035	39.130	-	-	39.130	36.726	-	-	36.726
NTN-B	2040	39.711	-	-	39.711	28.329	-	-	28.329
NTN-B	2045	17.469	-	-	17.469	16.354	-	-	16.354
NTN-B	2050	58.993	-	-	58.993	54.810	-	-	54.810
		310.514	-	27.534	338.048	267.184	-	18.710	285.894
Aplicações em Instituições não Financeiras									
Debêntures CEMIG GT	2015	-	3.432	-	3.432	-	6.430	-	6.430
Debêntures BNDESPAR	2017	-	8.094	-	8.094	-	7.621	-	7.621
Debêntures Duke Energy	2021	-	10.538	-	10.538	-	-	-	-
Debêntures TEPE	2025	-	11.722	-	11.722	-	10.144	-	10.144
		-	33.786	-	33.786	-	24.195	-	24.195
Aplicações em Instituições Financeiras									
DPGEs	2015	-	19.504	-	19.504	-	33.389	-	60.606
DPGEs	2016	-	35.709	-	35.709	-	14.840	-	14.840
DPGEs	2017	-	14.143	-	14.143	-	12.377	-	12.377
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI	-	-	-	469.591	469.591	-	-	443.060	443.060
		-	69.356	469.591	538.947	-	60.606	443.060	503.666
		310.514	103.142	497.125	910.781	267.184	84.801	461.770	813.755

Entende-se como "Títulos mantidos até o vencimento" os papéis cuja intenção é a manutenção em carteira até o vencimento, desde que seu prazo de vencimento seja inferior a 12 meses, e classificada como baixo risco de crédito. A categoria "Títulos para negociação" compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem negociados a qualquer momento, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento.

Notas



Tipo	Vctos	PLANO BD					
		2014			2013		
		Títulos mantidos até o vencimento	Títulos para negociação	Total	Títulos mantidos até o vencimento	Títulos para negociação	Total
	Custo	Mercado		Custo	Mercado		
Títulos de responsabilidade do Governo Federal (*)							
NTN-B	2015	3.105	-	3.105	2.867	-	2.867
NTN-B	2016	10.407	-	10.407	9.849	-	9.849
NTN-B	2017	10.298	-	10.298	9.731	-	9.731
NTN-B	2018	11.351	-	11.351	10.919	-	10.919
NTN-B	2020	20.770	-	20.770	19.438	-	19.438
NTN-B	2024	32.748	-	32.748	30.426	-	30.426
NTN-B	2030	36.585	-	36.585	27.237	-	27.237
NTN-B	2035	33.458	-	33.458	31.385	-	31.385
NTN-B	2040	25.648	-	25.648	22.541	-	22.541
NTN-B	2045	17.469	-	17.469	16.354	-	16.354
NTN-B	2050	52.193	-	52.193	49.053	-	49.053
		254.032	-	254.032	229.800	-	229.800
Aplicações em Instituições Financeiras							
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI		-	9.113	9.113	-	19.923	19.923
		-	9.113	9.113	-	19.923	19.923
		254.032	9.113	263.145	229.800	19.923	249.723

(*) As NTN-Bs do Plano BD que estão marcadas na curva contam com um patrimônio de R\$ 254.032 em 31/12/2014.

Caso fossem marcados a preço de mercado este patrimônio teria uma redução de R\$ 1.437, totalizando R\$ 252.595 em 31.12.2014

Tipo	Vctos	PLANO CD						
		2014 (R\$ mil)			2013 (R\$ mil)			
		Títulos mantidos até o vencimento	Títulos para negociação	Total	Títulos mantidos até o vencimento	Títulos para negociação	Total	
	Custo	Mercado		Custo	Mercado			
Títulos de responsabilidade do Governo Federal								
NTN-B	2016	1.041	-	1.041	985	-	985	
NTN-B	2017	1.158	-	8.407	1.095	6.821	7.916	
NTN-B	2018	1.416	-	1.416	1.362	-	1.362	
NTN-B	2019	1.266	-	8.806	-	-	-	
NTN-B	2020	-	12.745	12.745	-	11.889	11.889	
NTN-B	2022	6.325	-	6.325	6.035	-	6.035	
NTN-B	2023	1.017	-	1.017	-	-	-	
NTN-B	2024	5.587	-	5.587	5.256	-	5.256	
NTN-B	2030	12.137	-	12.137	5.765	-	5.765	
NTN-B	2035	5.672	-	5.672	5.341	-	5.341	
NTN-B	2040	14.063	-	14.063	5.788	-	5.788	
NTN-B	2050	6.800	-	6.800	5.757	-	5.757	
		56.482	-	27.534	84.016	37.384	18.710	56.094
Aplicações em Instituições não Financeiras								
Debêntures CEMIG GT	2015	-	3.432	-	3.432	-	6.430	6.430
Debêntures BNDES PAR	2017	-	8.094	-	8.094	-	7.621	7.621
Debêntures Duke Energy	2021	-	10.538	-	10.538	-	-	-
Debêntures TEPE	2025	-	11.722	-	11.722	-	10.144	10.144
		-	33.786	-	33.786	-	24.195	24.195

(continuação)

PLANO CD										
Tipo	Vctos	2014 (R\$ mil)				Total	2013 (R\$ mil)			
		Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação			Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação	
		Custo	Mercado	Mercado		Custo	Mercado	Mercado	Total	
Aplicações em Instituições Financeiras										
DPGEs	2015	-	19.504	-	19.504	-	33.389	-	33.389	
DPGEs	2016	-	35.709	-	35.709	-	14.840	-	14.840	
DPGEs	2017	-	14.143	-	14.143	-	12.377	-	12.377	
Cotas de FI + Fundos de Aplic. em FI	-	-	-	457.140	457.140	-	-	420.589	420.589	
		-	69.356	457.140	526.496	-	60.606	420.589	481.195	
		56.482	103.142	484.674	644.298	37.384	84.801	439.299	561.484	

(*) As NTN-Bs do Plano CD que estão marcadas na curva contam com um patrimônio de R\$ 56.482 em 31/12/2014.

Caso fossem marcados a preço de mercado este patrimônio teria uma redução de R\$ 4.882, totalizando R\$ 51.600 em 31.12.2014

PLANO PGA										
Tipo	Vctos	2014 (R\$ mil)				Total	2013 (R\$ mil)			
		Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação			Títulos mantidos até o vencimento		Títulos para negociação	
		Custo	Mercado	Mercado		Custo	Mercado	Mercado	Total	
Aplicações em Instituições Financeiras										
Cotas de FI + Fundos de Aplicação em FI		-	-	3.338	3.338	-	-	2.548	2.548	
		-	-	3.338	3.338	-	-	2.548	2.548	

O valor de mercado dos títulos de responsabilidade do Governo Federal mantidos até o vencimento foi apurado com base em dados de negociação divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANBIMA.

A classificação na categoria de "Títulos mantidos até o vencimento" está consubstanciada na capacidade financeira da Entidade de cumprir seus compromissos financeiros sem dispor dos referidos valores até a data de vencimento dos papéis.

4.3.2. Títulos por Gestor

Os "Títulos mantidos até o vencimento" e os "Títulos para negociação" estão sob a administração dos seguintes gestores:

Gestor - CONSOLIDADO	2014	2013
Votorantim Asset Management (2)	375.117	295.664
Quest Investimentos (1)	13.543	13.117
Brasil Plural Gestão de Recursos (3)	12.951	11.648
Vinci Partners (1)	11.283	11.001
Itaú DTVM (2)	10.975	17.680
Rio Bravo (1)	8.620	13.953
Sul América Investimentos (2)	7.544	9.567
BRZ Investimentos (1)	5.638	2.229
Tarpon Investimentos (2)	5.051	5.173
BNY Mellon Arx Investimentos (1)	4.630	23.782
Fator Administração de Recursos Ltda. (2)	3.518	4.287
Itaú Unibanco (2)	3.338	2.250
Bradesco Asset Management (1)	2.650	4.183
Quest Investimentos (5)	2.442	3.055
Franklin Templeton Investimentos (1)	2.100	3.657
BRL Trust (3)	191	-

(continua na página seguinte)

Gestor - CONSOLIDADO	2014	2013
Oliveira Trust DTVM (2)	-	1.084
GAP Asset Management (1)	-	13.490
BNP Paribas Asset Management (4)	-	3.561
Ashmore Brasil (1)	-	3.679
	469.591	443.060
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs, DPGEs, Debêntures (2)	441.190	370.695
	910.781	813.755
Custodiantes:		-
(1) Banco Bradesco S/A		
(2) Banco Itaú Unibanco		
(3) Banco Citibank S/A		
(4) BNP Paribas		
(5) Banco BTG Pactual		

Gestor - PLANO BD	2014	2013
Itaú DTVM (2)	6.719	10.647
Tarpon Investimentos (2)	1.443	1.478
Fator Administração de Recursos Ltda. (2)	887	1.081
BRL Trust (3)	64	-
Rio Bravo (1)	-	3.141
BNY Mellon Arx Investimentos (1)	-	2.694
Quest Investimentos (1)	-	882
	9.113	19.923
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs (2)	254.032	229.800
	263.145	249.723
Custodiantes:		
(1) Banco Bradesco S/A		
(2) Banco Itaú Unibanco		
(3) Banco Citibank S/A		

Gestor - PLANO CD	2014	2013
Votorantim Asset Management (2)	375.117	295.366
Quest Investimentos (1)	13.543	12.235
Brasil Plural Gestão de Recursos (1)	12.951	11.648
Vinci Partners (1)	11.283	11.001
Rio Bravo (1)	8.620	10.812
Sul América Investimentos (2)	7.544	9.567
BRZ Investimentos (1)	5.638	2.229
BNY Mellon Arx Investimentos (1)	4.630	21.088
Itaú DTVM (2)	4.256	7.033
Tarpon Investimentos (2)	3.608	3.695
Bradesco Asset Management (1)	2.650	4.183
Fator Administração de Recursos Ltda. (2)	2.631	3.206
Quest Investimentos (5)	2.442	3.055
Franklin Templeton Investimentos (1)	2.100	3.657
BRL Trust (3)	127	-
Oliveira Trust DTVM (2)	-	1.084
GAP Asset Management (1)	-	13.490
BNP Paribas Asset Management (4)	-	3.561
Ashmore Brasil (1)	-	3.679
	457.140	420.589

(continua na página seguinte)

(continuação)

Gestor - PLANO CD	2014	2013
Títulos em Carteira Própria - NTN-Bs, DPGEs, Debêntures (2)	187.158 644.298	140.895 561.484
Custodiantes: (1) Banco Bradesco S/A (2) Banco Itaú Unibanco (3) Banco Citibank S/A (4) BNP Paribas (5) Banco BTG Pactual		

Gestor - PGA	2014	2013
Itaú Unibanco (2)	3.338	2.250
Votorantim Asset Management (2)	-	298
	3.338	2.548
	3.338	2.548
Custodiantes: (2) Banco Itaú Unibanco		

4.3.3. Limites de Investimentos

A Entidade está enquadrada nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, a qual disciplina a aplicação dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4.3.4. Ajuste de Precificação - Plano BD

De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de déficit. Dessa forma, o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2014, demonstrados no quadro abaixo apresenta resultado positivo de R\$ 12.267.

NTN-B's calculadas à taxa de juros da avaliação atuarial

Título	Vencimento	Quantidade	31/12/2014
NTN-B	15/05/2015	1.237	3.128
NTN-B	15/08/2016	4.000	10.310
NTN-B	15/05/2017	4.000	10.194
NTN-B	15/08/2018	4.000	10.382
NTN-B	15/08/2020	8.235	21.501
NTN-B	15/08/2024	14.557	38.405
NTN-B	15/08/2030	14.756	39.383
NTN-B	15/05/2035	13.558	35.931
NTN-B	15/08/2040	10.370	28.014
NTN-B	15/05/2045	8.418	22.523
NTN-B	15/08/2050	17.100	46.528
		100.231	266.299

NTN-B's ao custo amortizado

Título	Vencimento	Quantidade	31/12/2014
NTN-B	15/05/2015	1.237	3.105
NTN-B	15/08/2016	4.000	10.407
NTN-B	15/05/2017	4.000	10.298
NTN-B	15/08/2018	4.000	11.351
NTN-B	15/08/2020	8.235	20.770
NTN-B	15/08/2024	14.557	32.748
NTN-B	15/08/2030	14.756	36.585
NTN-B	15/05/2035	13.558	33.458
NTN-B	15/08/2040	10.370	25.648
NTN-B	15/05/2045	8.418	17.469
NTN-B	15/08/2050	17.100	52.193
		100.231	254.032

Ajuste de precificação

31/12/2014
23
(97)
(104)
(969)
731
5.657
2.798
2.473
2.366
5.054
(5.665)
12.267

5 EXIGÍVEL OPERACIONAL

5.1. Gestão Previdencial

Registra os valores a pagar assumidos nos Planos de Benefícios e as retenções a recolher incidentes sobre estes.

	2014			2013		
	Plano BD	Plano CD	Consolidado	Plano BD	Plano CD	Consolidado
Retenções de Tributos	280	301	581	279	216	495
Outras Obrigações	-	-	-	-	2	2
	280	301	581	279	218	497

5.2. Gestão Administrativa

Registra os valores a pagar assumidos no PGA da Entidade, inclusive as provisões de férias e 13º salário dos empregados e as retenções a recolher incidentes sobre estes.

	2014			2013		
	PGA BD	PGA CD	Consolidado	Plano BD	Plano CD	Consolidado
Provisões Férias	118	-	118	163	-	163
Obrigações Trabalhistas	372	-	372	338	-	338
Encargos/Tributos a Recolher	108	22	130	93	17	110
Contribuições para Custeio	215	47	262	215	47	262
Prestadores de Serviços	197	21	218	179	11	190
	1.010	90	1.100	988	75	1.063

6 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

6.1. Gestão Previdencial

Os processos judiciais interpostos por participantes assistidos possuem valor estimado de R\$ 4.935, dos quais R\$ 1.665 (R\$ 881 em 2013) encontram-se provisionados devido à indicação da consultoria jurídica quanto a sua provável realização, conforme discriminado a seguir:

Risco	2014	2013	Situação
Provável	1.665	881	Provisionado
Possível	971	1.328	Não Provisionado
Remoto	2.299	2.397	Não Provisionado
	4.935	4.606	

No quadro abaixo, são demonstrados os principais riscos por natureza:

Risco	2014			2013		
	Trabalhista	Previdencial	Total	Trabalhista	Previdencial	Total
Provável	1.525	140	1.665	755	126	881
Possível	-	971	971	205	1.123	1.328
	1.525	1.111	2.636	960	1.249	2.209

Ressalta-se que, muito embora alguns desses processos tenham sido interpostos contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS (“Fundação ELOS”), ex-administradora do plano BD, a responsabilidade legal é da PREVIG, haja vista a transferência dos ativos e passivos dos participantes reclamantes de uma entidade para a outra.

A patrocinadora Tractebel declarou, em carta formal, que irá assumir os custos e despesas de responsabilidade da patrocinadora das ações decorrentes de reclamatórias de natureza trabalhista, havendo sentença favorável à parte contrária, incluindo o impacto nas Reservas Matemáticas do Plano de Benefícios decorrente de eventual revisão do valor de aposentadoria paga aos Participantes. Por esse motivo a PREVIG registrou no seu ativo realizável, o compromisso assumido com a patrocinadora Tractebel, no valor de R\$ 1.525 relativos aos reembolsos dos processos judiciais mencionados acima.

6.2. Investimentos

6.2.1. CPMF na Transferência de Recursos Financeiros

Estão provisionados os valores relativos ao contencioso judicial que busca desonerar a PREVIG do pagamento da CPMF na transferência de recursos financeiros da Fundação ELOS correspondente ao patrimônio dos participantes do Plano BD transferidos para a PREVIG e sua consequente reaplicação no mercado financeiro, ocorrida no ano de 2003. Em 31/12/2014, o saldo é de R\$ 1.490 (R\$ 1.426 em 2013).

A PREVIG interpôs Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, para os quais aguardam julgamento.

6.2.2. Multa sobre recolhimento de Imposto de Renda - Regime Especial de Tributação

Em 2003, a PREVIG aderiu ao Regime Especial de Tributação – RET, previsto no artigo 2º Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001. Com base em orientação de consultoria jurídica, foi recolhido somente o valor principal do Imposto de Renda do 2º e 3º trimestre de 2007, através de denúncia espontânea.

Ainda no ano de 2007, a PREVIG foi autuada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, referente ao não recolhimento de multa sobre o Imposto de Renda. No decorrer deste processo, houve interposição de recurso ao Conselho Administrativo de Recursos Administrativos – CARF do Ministério da Fazenda.

Em 2014, o processo foi revertido contabilmente, em decorrência da baixa definitiva do processo pelo Tribunal Regional Federal, por entender que não há denúncia espontânea quando o crédito tributário em favor da Fazenda pública encontra-se devidamente constituído por autolancamento e é pago após o vencimento. Em 2013, o saldo deste processo era R\$ 130.

7 PATRIMÔNIO SOCIAL

7.1. Patrimônio Social

Formado pelo patrimônio de cobertura dos Planos Previdenciais e pelos Fundos Previdenciais, Administrativos e dos Investimentos.

7.2. Hipóteses Atuariais

A empresa Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., apresentou através da correspondência JM/0261/2015, a análise das Hipóteses Atuariais aprovadas para Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2014 para os Planos BD e BSPS, que tomou por base os estudos de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de assistidos sem ser por invalidez, em períodos situados entre o

início de 2007 e o final de 2013. O Conselho Deliberativo da PREVIG deliberou pela manutenção da Tábua de Mortalidade Geral "qx da AT-2000 (masculina)" nesta reavaliação atuarial de 31/12/2014, tendo em vista que considerando apenas a experiência dos 03 (três) últimos exercícios, como se fosse a expressão da legislação vigente, e, também, o demonstrativo de quantidade de mortes esperadas e ocorridas no período mencionado acima, a Tábua de Mortalidade Geral "qx da AT-2000 (masculina)" apresentou aderência plena acima dos 100% (ou 1,0000), resultados do teste e quantidade de mortes esperadas inferior ou igual à quantidade de mortes ocorridas dos últimos 03 (três) anos do demonstrativo.

Cabe destacar a adoção da Taxa Real de Juros de 5,60% ao ano no Plano BD por estar dentro do corredor estabelecido pelos limites inferior e superior abaixo descrito, de acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 15 de 19/11/2014, que altera a Resolução MPS/CGPC nº 18 de 28/03/2006 e Portaria PREVIG nº 615 de 24/11/2014.

Taxa Máxima	5,60%
Taxa Referência	5,20%
Taxa Mínima	3,64%

Outro fato relevante foi à adoção da Composição Familiar Efetiva em ambos os Planos BD e BPS, com base no cadastro da PREVIG, para avaliar todos os benefícios então concedidos pelos Planos, como pode ser observado nos quadros a seguir:

Plano BD

Hipóteses ^(*)	31/12/2014	31/12/2013
Taxa Real Anual de Juros	5,60% ao ano	5,75% ao ano
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	97,5%	97,5%
Tábua de Mortalidade Geral	$q_x = \text{AT 2000}$ (masculina)	$q_x = \text{AT 2000}$ (masculina)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	$q_x^i = q_x \text{ da At83}$ (masculina)	$q_x^i = q_x \text{ da At83}$ (masculina)
Tábua de Entrada em Invalidez	$i_x \text{ da LIGHT (MÉDIA)}$	$i_x \text{ da LIGHT (MÉDIA)}$
Outras Tábuas Utilizadas	Mortalidade de Ativos: obtida pelo método de Hamza a partir dos valores adotados como $q_x / q_x^i / i_x$	Mortalidade de Ativos: obtida pelo método de Hamza a partir dos valores adotados como $q_x / q_x^i / i_x$
Composição Familiar		
Benefícios a Conceder	Experiência Regional	Experiência Regional
Benefícios Concedidos Programados	Família Efetiva	Experiência Regional
Benefícios de Invalidez	Família Efetiva	Família Efetiva
Benefício de Pensão Por Morte	Família Efetiva	Família Efetiva

Plano BSPS

Hipóteses ^(*)	31/12/2014	31/12/2013
Taxa Real Anual de Juros	5,50% ao ano	5,75% ao ano
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	97,5%	97,5%
Tábua de Mortalidade Geral	$q_x = AT\ 2000$ (masculina)	$q_x = AT\ 2000$ (masculina)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	$q_x^i = q_x$ da At83 (masculina)	$q_x^i = q_x$ da At83 (masculina)
Tábua de Entrada em Invalidez	i_x da LIGHT (MÉDIA)	i_x da LIGHT (MÉDIA)
Composição Familiar		
Benefícios a Conceder	Experiência Regional	Experiência Regional
Benefícios Concedidos Programados	Família Efetiva	Experiência Regional
Benefícios de Invalidez	Família Efetiva	Família Efetiva
Benefício de Pensão Por Morte	Família Efetiva	Família Efetiva

7.2.1. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são constituídas sob as bases atuariais apuradas pela empresa Jessé Montello - Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., responsável pelos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, as quais foram documentadas nas Demonstrações Atuariais – DA's individualizadas para cada Plano de Benefícios, emitidas em 20 de fevereiro de 2015, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, através da JM/0371/2015 e seus anexos.

De acordo com as DA's, o exigível atuarial, constituído através das provisões matemáticas é composto da seguinte forma:

Notas



	2014			2013		
	Plano BD	Plano CD	Consolidado	Plano BD	Plano CD	Consolidado
Benefícios Concedidos						
Saldo de Contas	-	138.614	138.614	-	118.726	118.726
Valor Atual de Benefícios Futuros	282.481	31.278	313.759	262.961	27.891	290.852
	282.481	169.892	452.373	262.961	146.617	409.578
Benefícios a Conceder						
Saldo de Contas	-	459.367	459.367	-	400.320	400.320
Valor Atual de Benefícios Futuros	11.782	22.532	34.314	10.677	20.777	31.454
Valor Atual de Contribuições Futuras	(532)	-	(532)	(661)	-	(661)
	11.250	481.899	493.149	10.016	421.097	431.113
	293.731	651.791	945.522	272.977	567.714	840.691

7.2.2. Benefícios Concedidos

7.2.2.1. Benefícios dos Planos

Correspondem aos valores: (i) dos benefícios a serem pagos pela Entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada do Plano BD e da modalidade BSPS do Plano CD; e (ii) do Saldo de Conta Total dos participantes e dependentes em gozo de renda mensal de aposentadoria ou pensão por morte do Plano CD (exceto BSPS).

7.2.2.2. Contribuições de Patrocinadores sobre Benefícios

Correspondem às obrigações contributivas de responsabilidade da Patrocinadora Tractebel, decorrentes do período de antecipação de aposentadorias relativas à conversão de tempo de atividade especial em atividade comum, conforme o disposto no Art. 81 (antigo Art. 71), do Regulamento do Plano de Benefícios Definidos - BD, aportadas ao Plano, mensalmente, por aquela Patrocinadora, durante o período em que ocorreu a referida antecipação.

7.2.3. Benefícios a Conceder

7.2.3.1. Benefícios do Plano com a Geração Atual

Correspondem aos valores: (i) dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual, que ainda não estão em gozo de benefícios de prestação continuada, do Plano BD e da modalidade BSPS do Plano CD; e (ii) do Saldo de Conta Total dos participantes que ainda não estão em gozo de renda mensal de aposentadoria do Plano CD (exceto BSPS).

7.2.3.2. Outras Contribuições da Geração Atual

Correspondem ao valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a ser coberto pela Patrocinadora Instituidora e pelos integrantes da geração atual do Plano BD, que ainda não estão em gozo de benefícios de prestação continuada.

8 RESULTADOS REALIZADOS

8.1. Plano de Benefícios Definidos - BD

O déficit técnico acumulado do Plano BD, vinculado à Patrocinadora Tractebel, é de R\$ 7.822 em 31/12/2014 (superávit de R\$ 194 em 2013), equivalente a 2,663% (+ 0,071% em 2013) das provisões matemáticas do Plano BD no valor de R\$ 293.731 (R\$ 272.977 em 2013).

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2014, foi de 12,56% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 12,43%, o que, em termos reais, representou obter 5,86% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,75% ao ano estabelecida para 2014, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2015, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo alterada para 5,60% ao ano, o que deve ser objeto de análise pelos consultores financeiros da PREVIG durante o exercício de 2015, inclusive observando o estabelecido na Resolução MPS/CNPC nº 15/2014, de 19/11/2014.

8.2. Plano de Contribuição Definida – CD (modalidade BPS)

A rentabilidade nominal líquida, obtida pela PREVIG na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano do B.S.P.S., ao longo de 2014, foi de 10,86% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 12,43%, o que, em termos reais, representou obter 4,26% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,75% ao ano estabelecida para 2014, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2015, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo alterada para 5,50% ao ano, o que deve ser objeto de análise pelos consultores financeiros da PREVIG durante o exercício de 2015, inclusive observando o estabelecido na Resolução MPS/CNPB nº 15/2014, de 19/11/2014.

8.3. Plano de Contribuição Definida – CD (exceto BPS)

A parcela do Ativo Líquido deste Plano comprometida com as contas individuais de participantes obteve, durante os exercícios de 2014 e 2013, os percentuais de rentabilidade nominal líquida, por perfil, da seguinte ordem:

Plano CD - CNPB - 2004002492				
Tipo Perfil	Qtde de Participantes	Volume de Recursos	Rentabilidades (%)	
			2014	2013
Perfil RF	1.049	271.621	13,07	5,37
Perfil MIX I	472	161.785	10,76	4,73
Perfil MIX II	351	91.515	8,61	3,68
Perfil MIX III	466	73.061	6,54	2,69
Total Geral	2.338	597.982	10,50	4,22

9 FUNDOS

9.1. Gestão Previdencial

O Fundo da Gestão Previdencial é constituído pela aplicação de multa por eventual atraso de pagamento de contribuições, de acordo com o inciso III do Art. 54, e pelas sobras de contribuições previstas no Art. 59 do Regulamento do Plano CD acrescido da rentabilidade obtida no exercício.

9.2. Gestão Administrativa

O Fundo da Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescido da rentabilidade obtida no exercício.

9.3. Investimentos

O Fundo dos Investimentos, denominado Fundo para Cobertura de Empréstimos, é constituído para cobertura do saldo devedor dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de falecimento ou inadimplência dos mesmos.

A evolução dos referidos fundos foi a seguinte:

Notas



	Previdencial	Administrativo	Investimentos	Total
Saldos em 31/12/2013	795	3.101	1.059	4.955
Constituição	344	363	148	855
Saldos em 31/12/2014	1.139	3.464	1.207	5.810

Celso Ribeiro de Souza
Diretor Superintendente
CPF 162.751.879-72

Ezequias Candido de Paula
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 819.417.737-53

Celso Ribeiro de Souza
Diretor de Seguridade
CPF 162.751.879-72

Patrícia Fernandes Regado
Contadora CRC/SC 25.370/0-9
CPF 775.852.249-15





